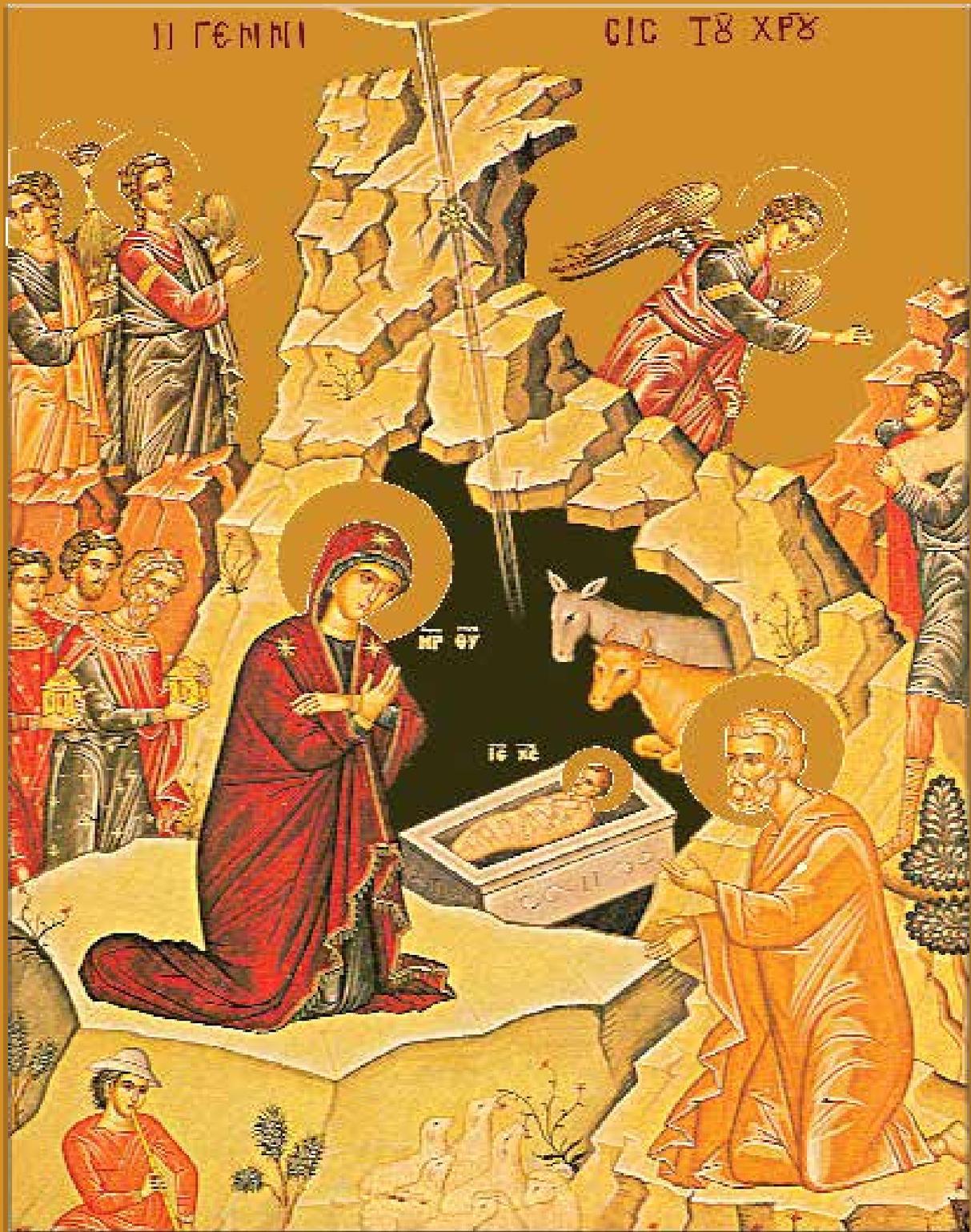


Revista **Aeronáutica**

2009

Número 270



Cada um é projetado para estar
um passo à frente.



E você, onde quer estar?

Vice-líder não é uma expressão que utilizamos na Embraer. É por isso que nossos engenheiros dedicaram anos ao aperfeiçoamento de uma linha de jatos executivos para atender às necessidades exatas do mercado corporativo.

Desde as famílias Phenom e Legacy até o Lineage 1000, cada jato de nossa linha supera expectativas, oferecendo ainda custos de operação bem mais eficientes.

A única questão é: qual deles você escolherá para dar seu passo à frente da concorrência?

América Latina +55 12 3927 3399
Estados Unidos, Canadá, México e Caribe +1 954 359 5387
Europa, Oriente Médio e África +33 1 4938 4444
China +86 10 6598 9988
Ásia-Pacífico +65 6734 4321
www.EmbraerExecutiveJets.com



EMBRAER
Executive Jets

Presidente

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

1º Vice-Presidente

Brig Int Hélio Gonçalves

2º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

3º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Assessor Especial da Presidência

Maj Brig Ar Márcio Callafange

Expediente

Out./Nov./Dez.

2009



www.caer.org.br
revista@caer.org.br

DEPARTAMENTOS

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Cel Av José de Faria Pereira Sobrinho

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

Sede da Barra da Tijuca

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Adjunto da Administração

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Lacustre

1º Ten QOE Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15

CEP 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 2210-3212

• Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

CEP 22793-710 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº I

CEP 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ

• Tel.: (22) 2662-1510

• Fax: (22) 2662-1049

Expediente do CAER

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Presidente do Conselho Deliberativo

Ten Brig Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior

Presidente do Conselho Fiscal

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Paulo Raimundo Pereira Santos

Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Índice

5 Editorial

Ten Brig Ar Carlos de Almeida
Baptista

8 Direito reconhecido (o decreto-lei 667/69 e a Família Militar)

Franklin Pereira da Silva
Advogado

Júlio Cezar da Silva Fagundes
Juiz Auditor

12 Departamento Cultural – Grupo de Estudos

A Redação

16 A imprescindibilidade do Estado

Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

6 O FX-2

Ten Brig Ar Carlos de Almeida
Baptista

9 Notas importantes do CAER

A Redação

14 Crise Política e Reformas Institucionais

Marco Maciel
Senador

18 Pátria-Mãe

General-de-Exército Paulo Cesar
de Castro

Discurso de Posse

Ten Brig Socrates da Costa
Monteiro



20 Globalização, Monopolaridade e Assimetria Reversa

Reis Friede
Desembargador Federal e
Professor

24 Insustentabilidade educacional: mercado e destino dos cidadãos

Afonso Farias de Sousa Júnior
Cel Int

26 Tenacidade é preciso

Maj Brig Ar Antonio Luiz
Rodrigues Dias

30 A importância política dos Clubes Militares

Paulo Fernandes da Silva
Cel Av

32 A Verdade deve ser dita

Oney Carlos Xavier
Ten Cel Int

34 Lembranças de um veterano do 1º Grupo de Caça

Gilberto Affonso Ferreira Paiva
Cap Av

36 Os mitos fabricados. E os nossos heróis?

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes

38 1959: a FAB em Cuba, Fotografias e Perfume de Gardênia

Paulo Raimundo Pereira Santos
Jornalista

42 Uma decolagem diferente

Ten Brig Ar Sérgio Pedro Bambini

44 A visita do velho Brigadeiro

CMG José Luiz Gatti

46 Lembranças da Vida

Verônica Maria Beviláqua
Mendes

48 Síndrome Metabólica: a pandemia que aumenta a morbimortalidade cardiovascular

Maj Brig Méd Dr. Ricardo Luiz de G.
Germano

50 O que foi o Curso Prévio

Carlos Augusto Gonçalves
Cel Av

Editorial

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Espero que esta última edição de 2009 da nossa Revista Aeronáutica – e a primeira de 2010 –, mereça a aprovação dos leitores que muito gentilmente, têm nos cumprimentado, pessoalmente, por correspondência ou por e-mails, pela qualidade gráfica e pelo conteúdo.

Cumpro o dever de direcionar tais elogios ao Departamento Cultural, dirigido pelo Cel Av Araken Hipólito da Costa e aos seus colaboradores J Marcos Montebello, Rosana Guter Nogueira, Luiz Ludgerio Pereira da Silva e Luciene Ribeiro, equipe maravilhosa que supera dificuldades de toda sorte e vence o desafio de manter, pontualmente, a circulação das edições trimestrais da Revista Aeronáutica.

Agradeço a participação de nossos anunciantes que viabilizam esta publicação e aos colaboradores, ressaltando que os elogios são colocados, também, pela qualidade dos

artigos que oferecem, sempre inteligentes e bem apreciados pelos nossos leitores. Espero que estes, encaminhem à redação, suas críticas e sugestões para que possamos corrigir eventuais imperfeições.

Convido a todos, em especial aos que estão afastados de nossa convivência e com tempo disponível, que se inscrevam no Curso de Humanidades – que será repetido em 2010 –, onde vejo com enorme prazer, associados e não associados, civis e militares das três Forças, frequentando-nos às terças-feiras, de 10 às 12 horas, sempre testemunhando a excelência do convívio e de um novo aprendizado.

Visitas, “viagens de instrução”, palestras, entrevistas, sobre temas da atualidade, eis, o que o Cel Araken lhes estará proporcionando no decorrer de 2010, que espero ser de muita paz, saúde e alegrias para todos n



O FX-2



C105 Amazonas

A Força Aérea Brasileira está prestes a apresentar ao Conselho Nacional de Defesa, o resultado da sua avaliação sobre o novo Avião de Caça (Projeto FX-2). Lembro-me bem do FX-1, cancelado ao início do novo governo instalado em 2003.

Naverdade, não foi cancelado. O Grupo de Defesa Aérea (GDA) recebeu o Mirage 2000 usado – e não foi de graça. Portanto, houve um vencedor, cujo tempo de vida na Unidade Aérea está próximo de esgotar-se.

No momento em que esta edição da Revista Aeronáutica está circulando, a decisão talvez, já tenha sido tomada. Torcemos muito para que a nossa FAB chegue em 2010 com ela anunciada.

Cumprimento, efusivamente, a gente da nossa Força e, em especial, seu notável

Comandante, Ten Brig Ar Juniti Saito, pela avaliação realizada que, indubitavelmente, proporcionará aos julgadores dados

absolutamente confiáveis para que haja uma decisão bem fundamentada.

Cabe contar aos leitores como foi minha experiência ao tratar dos bem sucedidos Projetos PX e CX, com a escolha das aeronaves, Orion P3 e CASA 295 (C105 Amazonas).

Especialmente para os leitores civis, cumpre esclarecer que existe uma diretriz que estabelece toda a sequência de cerca de 27 degraus que devem ser percorridos até que o produto ingresse no acervo da Força. Vamos resumir-los, sem preocupação de acertar nos pormenores.

Vamos exemplificar o que ocorreu com o Mirage III (F 103) que equipava o 1º Grupo de Defesa Aérea, sediado na Base Aérea de Anápolis. Implantado, com muito sucesso, em 1972, passou por uma vitalização, na França, em 1989. Na qualidade de Comandante do Comando de Defesa Aérea (COMDABRA) e da VI Força Aérea (VI FAE), estive pessoalmente, em Paris para tratar do assunto. Lamentavelmente, os recursos disponíveis não foram suficientes para que se promovessem as

duas principais modernizações, que seriam as trocas do motor e do radar. Acertamos com os recursos colocados a disposição: seis melhoramentos e a substituição de todas as cablagens e fiações.

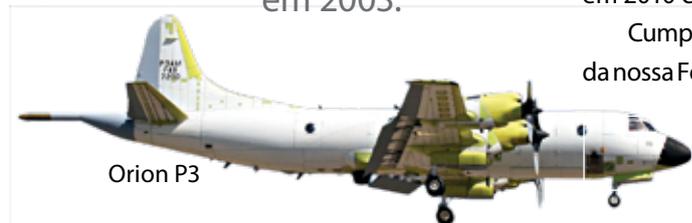
Dez anos depois o custo de manutenção começou a preocupar a área logística, bem como os índices extremamente baixos de disponibilidade da aeronave, apesar da excepcional eficiência sempre demonstrada nos diversos níveis de manutenção e pelos talentosos Jaguares (codinome dos pilotos de Mirage) que a operavam.

Decidida a desativação em dezembro de 2005, iniciou-se o ciclo, previsto em diretriz, para a substituição do material.

O Comando Operacional diz o que pretende; o Estado-Maior da Aeronáutica avalia e apresenta ao Comandante da Força e a área logística se manifesta. Eis os passos iniciais de um projeto que consome no mínimo dois anos até a apresentação ao Conselho Nacional de Defesa.

Esta apresentação resulta de uma primorosa avaliação realizada por um grupo composto por cerca de 70 profissionais da Força Aérea Brasileira, em obediência ao que prescreve a famosa Lei 8666. Não se trata de uma licitação, pela impossibilidade de se adquirir pelos meios normais uma aeronave altamente sofisticada junto com todo o armamento e equipamentos de apoio do solo. Trata-se de permitir que, em seu lugar, a Força Armada efetue uma avaliação dos produtos ofertados pelos países, que a nossa indústria nacional, ainda não tem condições de fabricar o que se deseja neste campo.

A avaliação dos competidores é realizada visando resposta à capacidade técnica e operacional que se deseja da nova aeronave, a capacidade do fabricante de manter desejado suporte industrial e lo-



Orion P3



gístico, condições de preço, transferência de tecnologia, compensação industrial e apoio pós-venda.

Em determinado momento as comissões que compõem o grupo visitam as fábricas, testamos competidores em voo, avaliámos as facilidades de manutenção no solo e recebemos propostas de financiamento.

Cerca de dois anos após o primeiro passo a avaliação está pronta para ser conhecida pelo CND. Na condição de Comandante da Força Aérea fiz questão de tomar conhecimento do produto final junto ao Ministro da Defesa, antes da apresentação àquele Conselho. Dessa forma, librei-me da curiosidade geral, em especial da imprensa, que não entende ser possível existir um acordo de confidencialidade entre as partes que não pode deixar de ser respeitado, sob pena de aplicar-se elevadas multas contratuais.

A apresentação dos projetos PX e CX no CND, constituiu-se num dos momentos mais marcantes da minha carreira. Com certeza, poderão dizer o mesmo o Ten Brig Reginaldo, que era Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DEPED), e o Brig Azevedo, então Chefe da Comissão de Implantação da Aeronave de Combate.

Presidido pelo Presidente da República, tem assento variadas personalidades da administração pública do País, do Executivo e do Legislativo.

Jamais esquecerei as reações de alguns, quando o Presidente da República pediu que se manifestassem, após a apresentação. Um deles, particularmente, me disse que tal estudo deveria ser apresentado para o Brasil, no estádio do Maracanã, tal a beleza e a seriedade do seu conteúdo. Os Presidentes da Câmara e do Senado Federal não economizaram palavras para enaltecer o trabalho da Força Aérea, não dando margem a colocar-se em dúvida a competição vencida pelo produto que somou mais pontos nas avaliações setoriais.

Todos opinaram favoravelmente, sempre cumulando de elogios nosso trabalho. Mas houve um que me trouxe especial emoção (respondia interinamente pelo Ministério da Fazenda):

– Presidente, estamos aqui para dispensar a licitação, ratificando a avaliação apresentada? Como? O Brasil seria bem feliz se todas as licitações fossem conduzidas da forma como a FAB fez. Parabéns a ela. Não tenho dúvida alguma em votar favoravelmente às aquisições propostas nesta reunião.

O C105 já está operando na Amazônia em substituição aos famosos C115 Búfalo, com elevado índice de eficiência. Chegará, brevemente, o Orion P3, o melhor dentre os cerca de 400 que operam neste planeta, para dar condições ao Brasil de vigiar adequadamente esta imensa plataforma marítima, readquirindo a capacidade do combate anti-submarino e levando nossa capacidade de busca e resgate a todo imenso oceano que se estende quase até a África, área de nossa responsabilidade nessa tarefa.

O FX-1 estava pronto para ser apresentado, antes de encerrar-se o governo em 2002. Aconteceu, neste projeto, o que não acontecera com os projetos PX e CX, muito menos com a fabricação dos Super Tucanos, com a modernização dos F5 e dos A1, creio que por estar a EMBRAER à frente deles. Naquela época, como agora acontece, fizeram de tudo para descobrirem, antecipadamente, quem seria o vencedor. Desgostei-me com algumas insinuações maldosas e algumas entrevistas claramente resultantes de poderosos lobies.

Registro aqui minha absoluta confiança na lisura com que, novamente, a Força Aérea conduz a sua parte neste processo. Também acredito que se a decisão final incluir algum objetivo estratégico nacional que esteja fora da nossa capacidade de avaliação, haverá o comando supremo da nação de adotá-la de acordo com os maiores e legítimos interesses do País.

No entanto, cabe alertar que estamos chegando, novamente, ao ponto de definição do momento da parada dos Mirage 2000 do GDA. Será lamentável que, pela demora na decisão e nas ações subsequentes, o FX2 não chegue a tempo e uma nova solução provisória tenha que ser adotada n



DIREITO RECONHECIDO: O Decreto-lei 667/69 e a Família Militar

Franklin Pereira da Silva
Advogado

Júlio Cezar da Silva Fagundes
Juiz Auditor Aposentado da Justiça Militar Federal

Como é sabido, consta do texto constitucional brasileiro que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, II), significando dita ênfase, de rigor, que o que não estiver normatizado em textos legais não poderá ser aplicado em qualquer sentido. É, também, consabido que ninguém poderá alegar desconhecimento de lei, para eximir-se de sua aplicação, assim como é de conhecimento pleno a máxima de origem latina que estratifica que o direito não socorre aos que dormem (*dormientibus non succurrit jus*), ou seja, o direito não socorre aqueles que tardam em acioná-lo. A análise destes três preceitos seculares servirá de base para o desenvolvimento do presente trabalho.

É verdade, porém, que, no que diz respeito à impossibilidade de alegação de desconhecimento de lei, forçoso é reconhecer que, na prática, a ciência total dos diversos textos legais em vigor – nos âmbitos federal, estaduais e municipais – é absolutamente impossível, uma vez que parte de uma presunção (*juris tantum*) de que toda cidadã brasileira tem pleno acesso à leitura dos diversos Diários Oficiais, o que não é, definitivamente, verdadeiro.

Tal constatação gera uma indiscutível incongruência entre o ideal e o realizável, entre o teórico e o prático, entre o legal e o de uso comum. E, se universaliza, na verdadeira ple-tora de repetições de normas já em vigor, que, nada obstante, passam ao largo das análises, estudos e debates das respectivas Comissões de Constituição e Justiça das diversas casas legislativas do País.

Agora, mesmo, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 118, de 2007, que pretende por fim à regra do artigo 24 do Decreto-lei nº 667/69. E, o que diz o referido inciso? É a seguinte sua redação: “Os direitos, vencimentos, vantagens e regalias do pessoal, **u**na inatividade, das Polícias

Militares constarão de legislação especial de cada Unidade da Federação, não sendo permitidas condições superiores às que, por lei ou regulamento, forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas. No tocante a Cabos e Soldados, será permitida exceção no que se refere a vencimentos e vantagens, bem como à idade limite para permanência no serviço ativo”.

Nada contra – é imperioso que se esclareça já de início – ao que ganham os bravos e corajosos integrantes das Polícias (ou Brigada, no RS) Militares. O que se busca, no presente trabalho, é chamar atenção para o fato de que, da pura e simples leitura do dispositivo supra, extrai-se a precisa regra segundo a qual não pode um integrante das Forças Armadas receber menos do que o policial militar (ou brigadiano) de posto equivalente.

Mas, a apresentação do referido projeto de lei, por si só, escancara duas verdades indimentáveis: o reconhecimento de que o artigo 24 do Decreto-lei 667 existe e está em vigor e o reconhecimento de que o referido dispositivo não está sendo aplicado.

Aliás, a respeito da recepção, pelo atual texto constitucional, do sobredito artigo 24, tanto o Supremo Tribunal Federal (RE 418828, Relator o Ministro GILMAR MENDES, julgado em 05.08.2004, entre outros), quanto o Superior Tribunal de Justiça (REsp 8395/SP, Relator o Ministro JOSÉ DE JESUS FILHO, T2 – 2ª Turma, julgado em 01.12.1993, entre outros) já reconheceram essa compatibilidade material, entendendo não existir óbice da vigente ordem constitucional às regras emanadas pelo citado Decreto.

Já sobre a reiterada não aplicação do artigo 24, falam mais alto os próprios contracheques dos integrantes das Forças Armadas...

Ainda assim, o Governo Federal publicou as leis 10.486/02 e 10.874/04, o Decreto 24.198/03, a lei 11.663/08 e a lei 11.757/08, dispondo sobre os vencimentos dos integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sem atentar para o decreto 667/69; passaram, certamente, tais dispositivos por diversas comissões e assessorias jurídicas,

mas ninguém atinou para o fato (gravíssimo) de que ditas normas chocavam-se frontalmente com outra, que se encontrava vigente, como vigente se encontra até agora. E, sendo assim, afrontaram a própria ordem constitucional, não só por infringir norma de competência, mas, especialmente, por prejudicar o destaque constitucional atribuído às Forças Armadas.

Cabe ressaltar que tais impropriedades assumem maior vulto quando se verifica que o cofre é o mesmo, ou seja, é a União que repassa recursos para que o Distrito Federal efetue o pagamento dos salários do pessoal.

Como decidido pelo STF, na ADI 1540, da qual foi Relator o Ministro Maurício Corrêa, julgada em 16.11.2001, “a regulamentação das promoções dos policiais militares é tratada em leis que dispõem sobre normas gerais de organização das polícias militares, as quais, por sua vez, estão sob reserva de lei federal (CF, art. 22, XXI). O Estado membro pode legislar sobre a matéria, desde que de forma similar ao que dispuser a lei federal”.

Observe-se, portanto, que, à luz de nossa Carta Política, à União incumbem duas competências de ordem distinta em matéria de polícia e corpo de bombeiros militares. A uma, foi atribuído dispor sobre normas gerais de organização das polícias militares e corpos de bombeiros, normas essas que, por serem gerais, alcançam todos os entes da Federação. À outra, no tocante ao Distrito Federal, foi dado o dever de organizar e manter administrativamente a polícia militar e o corpo de bombeiros, sendo certo que, no exercício dessa competência, a União também deve obediência aos limites fixados na norma geral de que cuida o artigo 22, XXI, da Constituição Federal.

Daí, portanto, deduzir-se que, enquanto não advier o ato normativo revogando o Decreto nº 667/69, ou, especificamente (como se está pretendendo), o artigo 24 do citado diploma, há claríssima lesão ao direito dos integrantes das Forças Armadas, restando, assim, consubstanciado, tal como explicitado na Decisão acima, o dever de reparar tal dano **n**

NOTAS IMPORTANTES

CAER

Cadetes do 3º Ano da AFA recebem instrução de Ultraleve na Sede Barra

A Cadete Aviadora YUMI Ferreira da Silva e os Cadetes Aviadores Diogo Suri-gue UZÊDA Ferreira, Vitctor Hugo Rafael SIMÕES, Felipe Campos DUTRA, Danilo Bello SEIXAS, Rodrigo Marchon CAPANEMA e Renan Novaes SANTORO, todos do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), da Academia da Força Aérea (AFA), atualmente, recebem instrução de pilotagem em Ultraleve, no Departamento Aerodesportivo (DEPAER), na Sede Barra, do Clube de Aeronáutica (CAER), no Rio de Janeiro. Estes sete cadetes, que já estão vondo solo neste tipo de aeronave, serão os futuros instrutores de voo, no Clube de Ultraleve que será ativado na AFA, em Pirassununga, onde o cadetal já vibra com a novidade.



A CAPACIDADE DE UM ESPECIALISTA

À direita, o mecânico Sílvio Kelly, o anjo da guarda do Deptº Aerodesportivo da Sede Barra, do CAER, encarregado da reforma, manutenção e revisão dos ultraleves do Clube, à frente, de uma das aeronaves sob os seus cuidados, cumprimentado pelo Ten Brig Ar Baptista, Presidente do CAER

SAI DE BAIXO QUE AÍ VEM PARAQUEDISTA!



Este grito de alerta foi dado com entusiasmo às 10h30'PP, no dia 9 de outubro, por ocasião do histórico e primeiro lançamento de paraquedistas, na Sede Barra do Clube de Aeronáutica (CAER), numa parceria bem sucedida do Departamento Aerodesportivo do CAER e a Skidive. Os paraquedistas Pato e Sanderson foi a primeira dupla a saltar de uma altitude de 10 mil pés para tocar a grama, ao fundo do hangar de ultraleves. Foram seguidos pelos saltos das duplas Alex e Mariano, Alex e Simone, Pato e Dana e a quinta dupla, os paraquedistas Lima e Alexandre.

As operações dos saltos executados naquele dia aconteceram com o efetivo sucesso de segurança e perfeita coordenação entre a equipe em terra e os pilotos que transportaram as equipes de paraquedistas, sem interromper as atividades aéreas do Departamento Aerodesportivo do Clube.

Uma sirene de alerta foi instalada no local de pouso dos paraquedistas, para as pessoas que aguardam no solo a chegada dos PQDs. O aviso de lançamento é passado via rádio.

A área de paraquedismo será demarcada, uma biruta será instalada e um espaço para a administração e dobragem de paraquedas da SKIDIVE será construído.

A nova Sala de Operações e os novos banheiros já estão prontos.

A direção estuda contratar uma empresa de helicópteros no Departamento.

CONHEÇAM O SIMULADOR DE VOO

A EsNA continua sua atividade de instrução em simulador, preparando pilotos para voo por instrumento. A diretoria está restaurando o piso das pistas.



PICADINHO JESUS ESTÁ CHAMANDO

Os veteranos do 1º GAVCA escolheram dois dias para se reencontrar: 22 de abril, quando obtiveram as maiores vitórias no Teatro de Operações e 6 de outubro, data do desembarque em Livorno, para a luta.

A primeira data foi escolhida como o "Dia da Aviação de Caça". O pessoal do 1º Grupo de Caça passou a se reunir na data de outubro na residência Comandante do Grupo Brigadeiro Nero Moura. Bebiam, cantavam e comiam um picadinho que nunca falhou nas reuniões e que Meirinha batizou de "Picadinho Jesus está chamando".

Atualmente, rebatizado de "Picadinho da Caça", o almoço realizado no Clube de Aeronáutica, contou com a presença do Ten Brig Ar Saito.



Fotos Queiróz



PIONEIRAS DA FAB

No dia 27 de novembro de 2009, reuniram-se em um almoço de confraternização no Clube de Aeronáutica um grupo de oficiais, representando as cinco primeiras turmas do Quadro Feminino de Oficiais da Aeronáutica – QFO. O Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Presidente do CAER, fez questão de cumprimentar e apresentar suas congratulações às pioneiras na Força Aérea Brasileira – FAB



Foto Gabriel Alves

Foto Jocimar Pequeno



GALERIA DAS TURMAS

A Turma de 42 da Escola de Aeronáutica marcou presença no restaurante do Clube de Aeronáutica (CAER), no dia 26 agosto, última quarta-feira do mês, quando sempre acontece o almoço de confraternização e conagraçamento na Reunião de Turma. No dia 28 de agosto, os cadetes de 42 eternizaram-se através da colocação de uma placa, na Galeria das Turmas do CAER. Responderam à chamada, os companheiros de 42, Ascendino D'Ávila Melo; Oswaldo Terra de Faria; Maurício José de Carvalho; Celso Rezende Neves; Hugo de Miranda e Silva; Walter de Souza Telles e Rodolfo Becker Reifchneider. Macte Animo!

BAILE DO AVIADOR 2009



O Clube da Aeronáutica (CAER), realizou em 24 de outubro, o tradicional Baile do Aviador, ao som da BANDA RAG, embalados pelos sons que marcaram época, como nos primeiros bailes no CAER, nos anos 1940, quando os novinhos e suas novinhas de então, dançavam check-to-check, ao som das bigbands americanas. Naquele tempo, circulavam pelos salões, oficiais aviadores das primeiras Turmas da Escola de Aeronáutica, lembrando as tardes dançantes, no Clube Senta a Pua, do 1º Grupo de Aviação de Caça, em Pisa, Itália.

Quem foi ao Baile do Aviador encantou-se com o esmero da decoração, assinada por Glória Pires Eventos. A criatividade marcou a ambientação temática. Teve carrocinha de pipoquei-

ro e bombonière à entrada, como nas salas de cinema de antigamente. Uma tela de grandes dimensões exibiu cenas de filmes clássicos de aviação. O serviço de Buffet e restaurante, primoroso e elogiado, ofereceu um leque de opções, como a culinária oriental, espanhola e baiana, uma creperia, mesa de queijos e frios com uma carta de vinhos e demais bebidas de qualidade superior, agradando a todos os paladares. Durante a madrugada – tudo somado –, ficou demonstrado que o Clube de Aeronáutica, muito além de seu papel político como agente catalisador do pensamento de seus associados, sabe promover eventos sociais e prosseguir a sua trajetória marcante, mantendo-se fiel ao pensamento de seus fundadores, garantindo a firmeza de seus ideais.

Mensagens dos leitores

Ministro Gilmar Mendes – Presidente do Supremo Tribunal Federal STF – Cumprimento o Diretor Cultural e agradeço o exemplar enviado da Revista Aeronáutica.

Senador Marco Maciel – Recebi com muita satisfação sua atenciosa carta com o exemplar da Revista Aeronáutica. Li com muito interesse, ao mesmo tempo em que cumprimento o seu Diretor pela qualidade e diversidade do conteúdo. Agradeço a gentileza com que fui distinguido e a disponibilidade do veículo para publicação de artigos.

Senador Cristovam Buarque – Recebi a Revista Aeronáutica e agradeço a atenciosa lembrança.

Senador Álvaro Dias – Recebi a Revista Aeronáutica, publicação que prima pela qualidade de impressão e conteúdo e será de grande utilidade para o nosso gabinete.

Deputada Federal Rita Camata – Recebi e agradeço a Revista Aeronáutica. Parabéns ao Diretor Cultural e a sua equipe pela importante iniciativa. Coloco-me à disposição para qualquer contribuição.

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes – Cumprimento pela qualidade literária e visual da revista Aeronáutica.

Brig Ar José Flavio Celestino – Cumprimento pela administração e pelo editorial da Revista Aeronáutica e autorizo a volta da cobrança de mensalidade, embora seja Sócio Remido do CAER.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores e aguardamos novas colaborações.

ALMOÇO da ADESG

Da esquerda para a direita, Embaixador Luciano Ozório Rosa; Alte Pardelas; Brig Int Hélio Gonçalves, 1º Vice-Presidente do CAER; Alte Novaes; Prof Pedro Ernesto Mariano; Gen Glemio; e Cel Av Ivan, no dia 27 de novembro de 2009, no almoço da ADESG – Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra – em homenagem ao Alte Esq Júlio de Moura Neto, Comandante da Marinha.



Foto Gabriel Alves

Grupo de Estudos e

Maj Brig Ar Meira, veterano da Aviação de Caça conversa no CAER

No dia 1º de outubro de 2009, o Maj Brig Ar Reformado José Rebello MEIRA de Vasconcelos, participou de uma entrevista, no Clube de Aeronáutica (CAER), diante de uma platéia composta por cerca de cinquenta pessoas, entre sócios, civis e militares das Forças Armadas para falar sobre a sua participação, como piloto da aviação de caça da Força Aérea Brasileira (FAB), no Teatro de Operações da Europa, nos céus da Itália, durante a Segunda Grande Guerra Mundial. O Brigadeiro Meira contou como era voar ao lado de seus companheiros do 1º Grupo de Aviação de Caça – o Esquadrão Senta a Pua.

A conversa foi conduzida pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, presidente do CAER, que comentou sobre o privilégio que teve – quando era Comandante da Aeronáutica, em 1999 –, em assistir a primeira exibição do filme documentário, o longa metragem Senta a Pua, produzido e dirigido por Erick de Castro, onde um dos protagonistas é o 2º Ten Av MEIRA (BO 434), Jambock da Esquadrilha Verde. O Meira falou da formação do 1ºGAvCa, no Rio de Janeiro, da instrução no Panamá em P-40 e nos Estados Unidos com os P-47.

Falou da viagem no navio Colombie



Maj Brig Ar José Rebello Meira de Vasconcelos

rumo a Itália: saímos dos Estados Unidos, 466 pessoas. Foram 49 pilotos e 417 homens de apoio. Desembarcamos no dia 6 de outubro de 1944, no porto de Livorno. Fomos integrados ao 350º Fighter Squadron. O nosso Esquadrão recebeu o nome código de Jambock.

O Maj Brig Meira recordou da criação do Ministério da Aeronáutica em janeiro de 1941, ano em que foi criada a Escola

de Aeronáutica, onde ele ingressou na primeira Turma. Disse que quando era cadete do 3º ano, se inscreveu numa lista de voluntários para o 1º Grupo de Caça.

Durante a entrevista, o Maj Brig Meira respondeu algumas perguntas e enfatizou a tragédia que significa uma guerra para as populações civis. E, as dolorosas perdas de companheiros, em combate e acidentes. Contou da emoção do fim da Guerra e o traslado de 19 P-47, dos Estados Unidos até o toque no solo sagrado do Campo dos Afonsos em julho de 1945, o retorno para casa após a Guerra: Missão Cumprida!

Na Itália, o 2º Ten Meira participou de 93 missões de guerra. Sua primeira missão foi em 11 de novembro de 1944 e a sua última, em 02 de maio de 1945, a última missão do Grupo de Caça nos céus da Itália. Em outubro de 1966, foi reformado no posto de Major Brigadeiro do Ar com 6 mil horas de voo.

Após a entrevista, o veterano Jambock Meira, recebido pelo Cel Av Araken, Diretor Cultural do CAER, almoçou no restaurante do Clube com integrantes do Grupo de Estudo, sócios, civis e militares, além de antigos companheiros e subordinados do Brig Meira na FAB.

FIRJAN apresenta Decisão Rio ao Grupo de Estudos

Cel Av Araken, Dr. Cristiano e Ten Brig Ar Baptista



O Grupo de Estudos (GE) do Clube de Aeronáutica (CAER) recebeu o Dr. Cristiano Prado M. Barbosa, Gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que apresentou o estudo DECISÃO RIO – Investimentos 2010 - 2012, no dia 19 de novembro, com a presença do Ten. Brig. Carlos Almeida Baptista, presidente do CAER e vários pesquisadores do GE. Trata-se de um mapeamento dos investimentos previstos para o Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de nortear empresários e investidores rumo ao crescimento econômico-social, sendo mais uma contribuição para o setor produtivo, e um instrumento eficaz para a identificação de novos negócios e oportunidades.

A Decisão Rio atual, compila um valor de investimentos da ordem de R\$ 16 bilhões em mais de 100 projetos anunciados no de 2009.

ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

O professor Dr. Francisco Martins de Souza, um dos pioneiros do Grupo de Estudos do Clube de Aeronáutica, foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de cavaleiro, no último dia 23 de outubro, em solenidade realizada na Base Aérea do Galeão. A comenda foi entregue pelo Maj Brig Int NORIVAL de Araújo, Diretor de Intendência da Aeronáutica (DIRINT). O Profº Francisco é Bacharel e Mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF). É Vice Presidente da Academia Brasileira de Filosofia e autor de obras filosóficas e co-autor de diversas publicações, entre coletâneas e antologias. A sua trajetória intelectual e acadêmica enriquece e contribui para a formação de idéias –



no plano filosófico –, no Grupo de Estudos e em nas palestras do Curso de Humanidades, do Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica.

Maj Brig Int Norival e Profº Francisco M. de Souza

Curso de Humanidades

Ten Brig Ar Azevedo conversa com o Grupo de Estudos do CAER

O Grupo de Estudos (GE) do Clube de Aeronáutica (CAER), recebeu no dia 27 de outubro, o Ten Brig Ar Aprígio AZEVEDO, Chefe da Secretaria de Finanças da Aeronáutica (SEFA), falou, inicialmente, sobre a oportunidade que a Força Aérea Brasileira oferece à juventude de todas as regiões do país, como a que ele teve ao ingressar na Aeronáutica, como Aluno da Turma de 1967, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em Barbacena (BQ), Minas Gerais e que a EPCAR foi a sua escola de civismo, de amor à Pátria e à cultura brasileira. Declarando-se um simples aprendiz dos oficiais mais antigos, desde os tempos de cadete – é Aspirante da última turma formada nos Afonsos, em 73 –, para os quais sempre olhou com admiração e os teve como modelo para a sua carreira, como o Ten Brig Camarão, já falecido, figura marcante pelo entusiasmo em fazer as coisas para a FAB e olhando para a platéia, citou o Ten Brig Baptista, Ten Brig Ivo Seixas e Brig Ar Cunha Frota, entre outros. Disse que a sua iniciação no campo cultural ocorreu na Sociedade Acadêmica Cultural em BQ, onde nasceu o gosto pela leitura e as humanidades.

Falou também sobre o Sistema Cultural da Aeronáutica – SIS CULT, formulado no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), idéia que acolheu com entusiasmo e que precisou de seis meses para sua elaboração. O SIS CULT encontra-se em apreciação no Estado Maior da Aeronáutica (EMAER). O SIS CULT Aer, envolverá certamente, o INCAER, o Centro de Documentação da Aeronáutica (CEDOC) e o Departamento de Ensino (DEPENS) e suas unidades subordinadas, como as Escolas de Formação da FAB, além das demais organizações nos sete Comandos Aéreos da Aeronáutica (COMAR), espalhados pelo território nacional. Trata-se de uma nova bandeira a ser erguida e merece ser considerada. Está na hora de se pensar na Cultura dentro da Aeronáutica, de forma sistêmica e organizada, acrescentou o Chefe da SEFA.

O Ten Brig Baptista informou ao Ten Brig Azevedo, que o Departamento Cultural do CAER, através do Grupo de Estudo, já privilegia a cultura brasileira, realizando Encontros, Palestras e Seminários que enriquecerão o projeto do SIS CULT, sugerindo que o Clube de Aeronáutica se envolva neste projeto,



Ten Brig Ar Aprígio Azevedo chefe da SEFA



CURSO DE HUMANIDADES

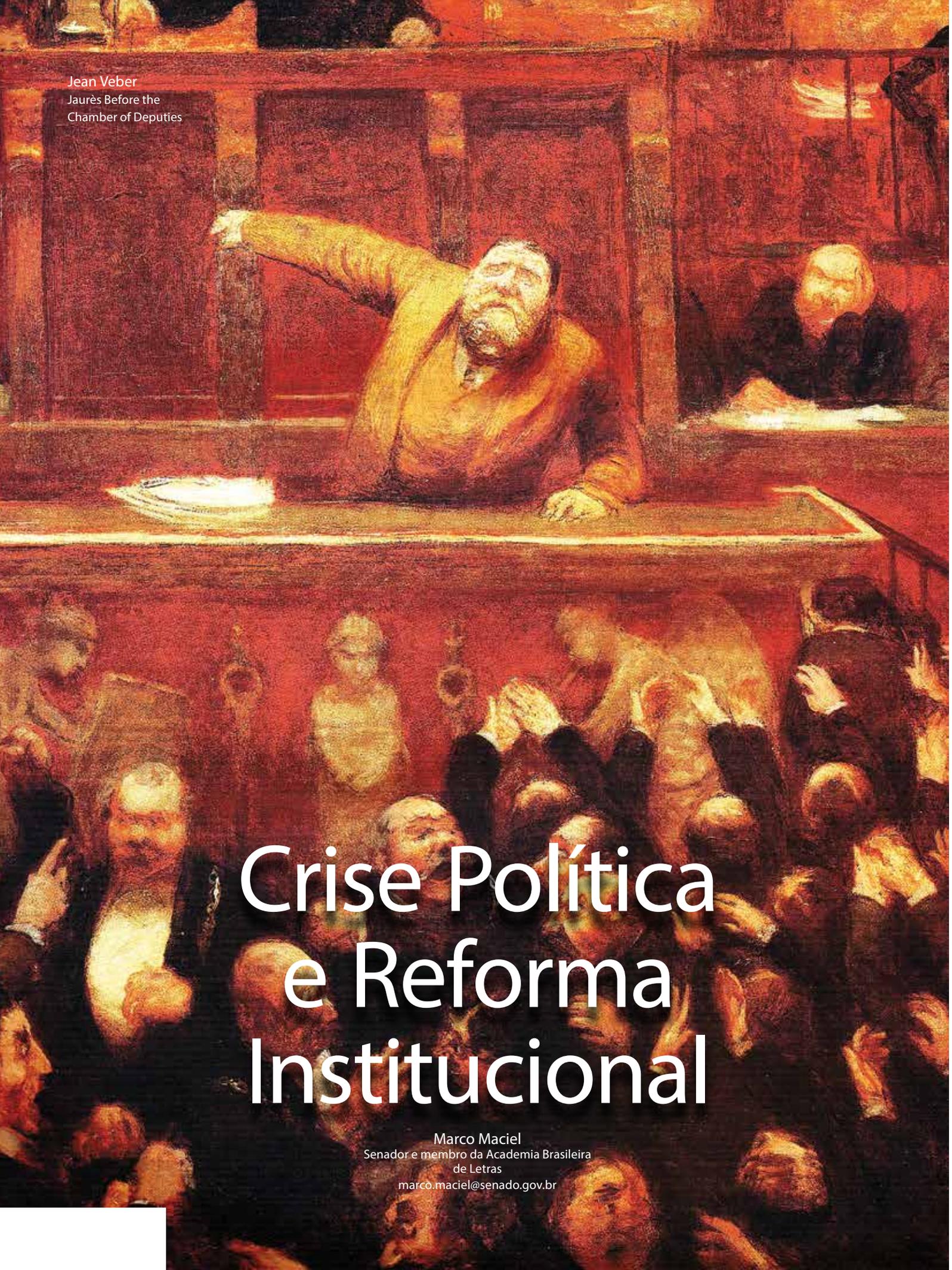
Os 43 participantes do segundo Curso de Humanidades, oferecido pelo Clube de Aeronáutica (CAER), em parceria com a Academia Brasileira de Filosofia e o Instituto de Humanidades, receberam os seus certificados de extensão, no dia 1º de dezembro. Participaram da Mesa de honra, o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Presidente do Clube de Aeronáutica (CAER); Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima – Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER; Brig Ar Lúcio Alves Ângelo – Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR; Dr. Ricardo Moderno – Presidente da Academia Brasileira de Filosofia e Dra. Maria Helena MacLaren Moreira Maia – Diretora do Corredor Cultural do Centro do Rio de Janeiro.

O evento que teve como Mestre de Cerimônia, Fernando Bicudo – Diretor da Ópera Brasil, foi aberto pelo Ten Brig Ar Baptista, que declarou de seu orgulho de presidir mais um encerramento do Curso de Humanidades, o que demonstra o quanto o Departamento Cultural do CAER, também salientou a administração de seu antecessor, o Ten Brig Ar Ivan Frota, que iniciou a recuperação do Clube. Ressaltou também as realizações do Departamento Cultural, entre as quais, o revigoramento da Revista Aeronáutica, a criação do Grupo de Estudos, a criação do Curso de Humanidades. Agradeceu ainda, a enriquecedora parceria dos professores do curso. E comentou com entusiasmo, o interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER), na criação do Sistema Cultural da Aeronáutica (SIS CULT), feliz iniciativa do INCAER, em fase de estudo no Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

O Ten Brig Moreira Lima parabenizou o Clube de Aeronáutica pelas suas realizações e o dinamismo do Diretor Cultural, Cel Av Araken, declarando que “a cultura é o principal alicerce para o desenvolvimento da Nação”. Encerrou declarando que o CAER promove a integração com todos os setores populacionais do país.

A Dra. Maria Helena – Diretora do Corredor Cultural do Centro –, que é filha de Oficial da FAB, disse que este evento fortalece os laços culturais no corredor cultural da Praça XV. O Dr. João Ricardo Moderno falou sobre Filosofia e Cultura. O Cel Av Renato de Paiva Lamounier, orador da Turma discursou em nome dos concluintes do Curso de Humanidades. O engenheiro Antônio Carlos Siqueira e o Jornalista João Victorino, discursaram em nome do Grupo de Estudo.

O Brig Ar Ângelo – Comandante da ECEMAR –, entregou certificados de participação no exercício de Gestão de Crise, Política e Estratégia Aeroespaciais, daquela Escola. O Dr. João Ricardo Moderno, Sr. Fernando Bicudo, Engº. Antônio Carlos Siqueira e ao Cel Av Araken Hipólito da Costa e agradeceu a colaboração prestada ao ensino daquela Escola.



Jean Veber
Jaurès Before the
Chamber of Deputies

Crise Política e Reforma Institucional

Marco Maciel
Senador e membro da Academia Brasileira
de Letras
marco.maciel@senado.gov.br

Constata-se, aqui e alhures, quer nas pesquisas de opinião quer nas manifestações dos veículos de comunicação, o desconforto com o desempenho individual e coletivo dos autores públicos. Esse sentimento, misto de atonia e indignação da sociedade, corolário de acentuado “déficit” de governabilidade, em grande parte se deve atribuir à falta das denominadas reformas políticas.

Se é verdade que a Democracia, como observara atiladamente o Senador Milton Campos, “começa no reino da consciência”, seu fortalecimento, contudo, pressupõe uma conduta cotidiana da qual deve brotar a seiva que a robustece e propicia o seu ininterrupto aperfeiçoamento. Isso exige, pois, tanto do conjunto dos cidadãos quanto e sobretudo dos que transitoriamente estão investidos da titularidade do poder, o imprescindível concurso para que o nosso País venha a consolidar a República, enquanto “respublica”, convertendo-a em sinônimo da cidadania.

Infelizmente, constata-se aqui e alhures, mormente em nosso entorno sul-americano, quer nas pesquisas de opinião quer nas manifestações dos veículos de comunicação, o desconforto com o desempenho individual e coletivo dos autores públicos, reclamando a “refundação” de nossas instituições, seus métodos e processos, bem como celeridade nas decisões, vez que essas são mais eficazes se tempestivamente tomadas.

Esse sentimento, misto de atonia e indignação da sociedade, corolário de acentuado “déficit” de governabilidade, em grande parte se deve atribuir à falta das denominadas reformas políticas. Sem elas, o nosso sistema eleitoral, o estabelecimento partidário, o regime político, o Estado federal e a própria República podem

ser aqui incluídos entre as “promessas não cumpridas pela Democracia”, para usar a expressão de Norberto Bobbio, e das quais fazem parte a persistência das oligarquias, a supremacia dos interesses sobre a representação política, a presença de poderes invisíveis e uma ainda insuficiente formação política dos cidadãos.

A legitimidade do poder contemporâneo não se esgota na sua investidura. A legalidade da origem de todo o poder político é apenas o lado formal de sua juridicidade. O aspecto funcional de seu desempenho está, cada vez mais, condicionado por seu exercício.

A tudo isso se enlaçam as candentes questões de legalidade e de legitimidade democrática, que hoje oferecem completa à definição das modernas democracias. A legalidade, como se sabe, se funda a partir da investidura formal dos seus titulares, observados os procedimentos para acceder ao poder, sob forma de consentimento geralmente derivada da universalidade do voto popular estatuído no pacto constitucional. Conquanto se admita legítimo o poder legalmente empossado, agora emerge de boa doutrina a compreensão de tal critério ser insuficiente como base ética para seu desempenho, ainda que isso não signifique contestação às formas democráticas de sua investidura.

Anote-se que, embora os dois vocábulos provenham de raiz etimológica comum da expressão latina “lex, legis”: a lei, a legitimidade “distingue-se da legalidade por referir-se a uma instância que transcende o legal e permite atingi-lo em sua significação mais profunda”, como dilucida o “Dicionário de Política”, de José Pedro Galvão de Souza e outros. A legitimidade do poder contemporâneo, portanto, não se esgota na sua investidura, mas decorre também, e sobretudo, de seu exercício.

Diferentemente do que ocorre com a legalidade, cuja situação se positiva com a posse, conseqüentemente não se altera, a legitimidade pode modificar-se no curso do mandato. A legalidade da origem de todo o poder político é apenas o lado formal de sua

juridicidade. O aspecto funcional de seu desempenho está, cada vez mais, condicionado por seu exercício. Nessas condições, já não será legítimo o poder apenas revestido dos critérios da legalidade, mas aquele em que haja coincidência como atributo de sua aceitação pela maioria, ou seja, o poder será tão mais legítimo quanto mais o seu exercício corresponder ao que os teóricos denominam de “imagem social do poder”. Vale dizer: à expectativa que dele tenha a sociedade como seu todo.

Convém considerar igualmente que a estrutura e o funcionamento dos mecanismos de coesão e solidariedade social já não se assentam apenas na capacidade da sociedade de organizar, gerir e administrar os seus conflitos, segundo padrões próprios de cada país. Questões como a proteção das minorias, a garantia da diversidade étnica, cultural e religiosa, a efetiva tutela dos direitos humanos fundamentais, assim como a liberdade, a igualdade de oportunidades e a educação já não são mais padrões nacionais diferenciados; ao contrário, em nossos dias, constituem-se a partir de um conjunto de compromissos jurídicos internacionais cada vez mais amplos e universalizados.

Fundamental, de starte, que a sociedade brasileira, nesse transe que perpassa todo o País, possa refletir conjuntamente sobre mecanismos que melhorem nossas condutas democráticas e renovem as nossas instituições.

Enfim, não se deve ver a crise como sinal de retrocesso ou decadência. A História das nações, disse Tancredo Neves na campanha presidencial, é “a História das suas crises”. É oportuno, assim, retirar lições que conduzam a respostas aos desafios políticos e institucionais de consolidar a racionalidade econômica e de ampliar nossa coesão e solidariedade sociais.

A adversidade não deve inibir, portanto, nossa capacidade de aprofundar as reformas do Estado brasileiro sem pressa, mas sem pausa na desafiadora tarefa de melhorar o que Bobbio denominou “labruta política” n

A imprescindibilidade

O Estado moderno como conceito e como ordenamento político institucional começa a desenvolver-se na Europa, a partir do século XIII. A sua característica principal é a busca da centralização do poder em uma instância que abarque as relações políticas fundamentais. Entre os séculos XVI e XVIII a noção do Estado assentou-se em uma concepção mercantilista da economia, que buscava aumentar o poder dos Estados às expensas dos demais Estados rivais. Não foi sem razão que esta doutrina econômica resultou paralela ao surgimento e auge do absolutismo.

Ao final do século XVIII, tanto o mercantilismo como o absolutismo entraram em crise. A convergência da economia de mercado na área econômica e do estado de direito no campo político, gerou as bases de uma nova ordem. A chamada ordem liberal, a qual buscava traçar limites precisos ao Estado, locando barreiras ao exercício de seu poder. Não obstante, longe de iniciar-se nesse momento o declínio do Estado, o mesmo vai adquirir novos ares com a aparição do fenômeno nacionalista. De acordo com ele, a lealdade fundamental do cidadão deveria ser dirigida ao Estado-Nação.

O período compreendido entre o final do século XVIII e início do século XIX é conhecido com a "Era das Revoluções". Durante esse espaço de tempo, ocorreram a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Guerra da Independência Hispano-Americana. Todas elas se assentaram sobre a idéia do Estado-Nação como conceito superior. A tese da soberania popular, originária de

é as bases para a consoli-

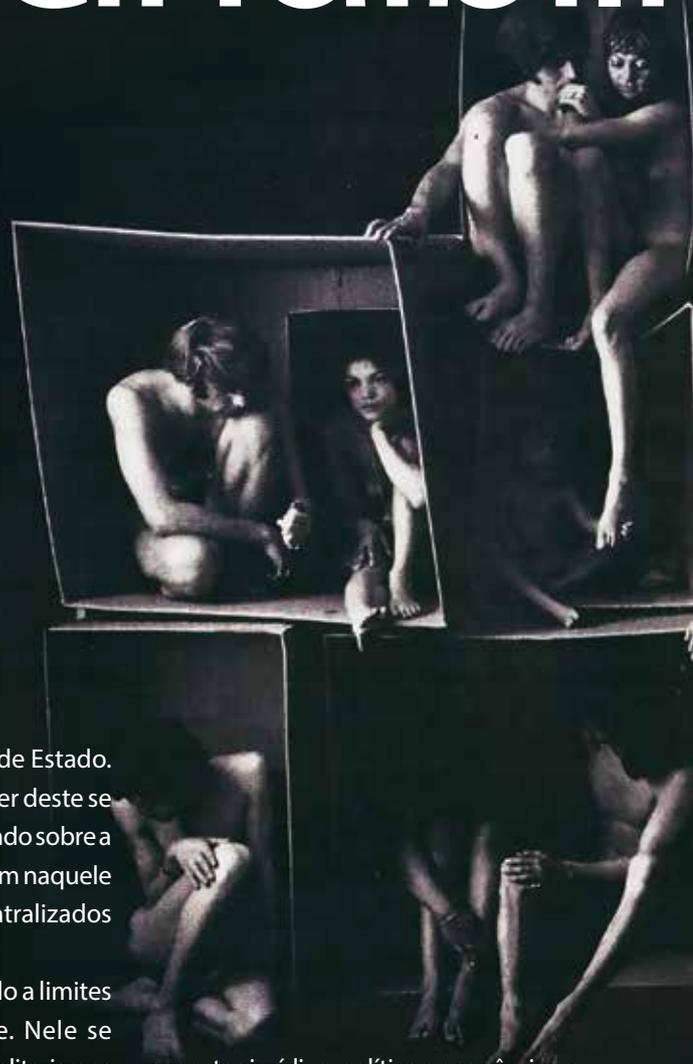
idação deste novo conceito de Estado. Ao longo do século XIX o poder deste se fortaleceu na Europa, cavalcando sobre a idéia do nacionalismo. Surgiram naquele momento novos Estados centralizados como Alemanha e Itália.

O século XX levou o Estado a limites nunca vistos anteriormente. Nele se produziu a estalotria dos totalitarismos fascistas e comunistas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, por sua parte, o Estado-Nação identificou-se com o processo de descolonização na Ásia e na África, expandindo o seu âmbito em nível planetário. O período compreendido a partir da II Guerra caracterizou-se pela contraposição de dois superestados e de seus respectivos aparatos e sistemas de alianças.

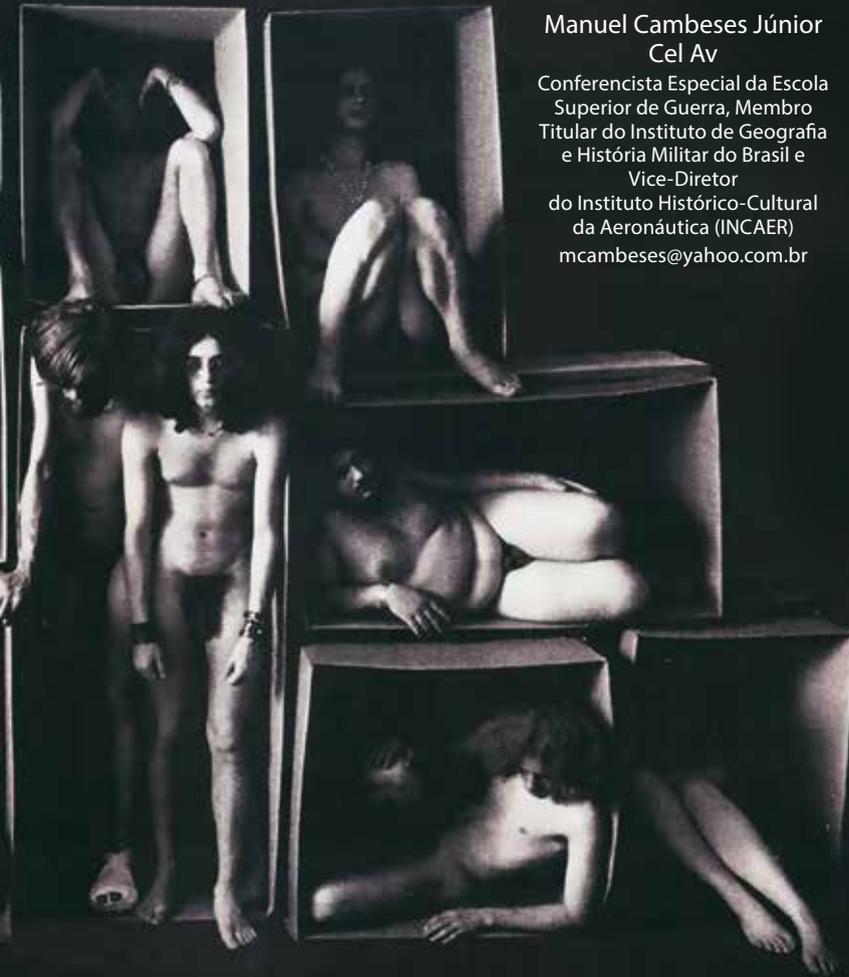
Entretanto, ao iniciar a década final do século XX, um autêntico cataclismo fez sacudir em seus alicerces a noção de Estado, conduzindo-o a uma intensa crise histórica. As ameaças que hoje recaem sobre este antigo e familiar conceito são tão grandes quanto variados. Nos

aspectos jurídico, político e econômico, a sobrevivência do Estado como instituição fundamental está seriamente comprometida. Isto foi o resultado inevitável do colapso do comunismo, que trouxe consigo a implantação de todo um conjunto de paradigmas emergentes.

A nova linguagem do Direito Internacional se assenta em noções como soberanias limitadas, tutelas internacionais, direito de ingerência e administrações supranacionais, todas as quais têm como denominador comum o desconhecimento do Estado como ator essencial da vida internacional. No campo político, o poder que tradicionalmente deteve o Estado está tendendo a fluir em distintas direções. Para cima, em



idade do Estado



Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra, Membro Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) mcambeses@yahoo.com.br

A Primeira Semana da Aviação Brasileira em Bueno Aires

O Instituto Nacional Newberiano – órgão subordinado à Secretaria de Cultura da Presidência de La Nación Argentina –, realizou no período de 19 a 23 de outubro de 2009, a Primeira Semana de la Aviacion Brasileña em Bueno Aires.

O Cel Av Manuel Cambeses Júnior, Vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), em retribuição ao convite do Instituto Nacional Newberiano, proferiu a palestra La Fuerza Aérea Brasileña durante la Segunda Guerra Mundial, nas seguintes instituições militares do país vizinho: Escuela Superior de Guerra Naval; Escuela Superior de Guerra Aérea e Escuela de Aviacion del Ejército. Após cada apresentação foi distribuída publicação do INCAER sobre a atuação do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), na Segunda Guerra Mundial. O Cel. Cambeses também proferiu, no dia 22, na Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, a palestra Jorge Alejandro Newbery: Numem tutelar de la Aviacion Argentina, seguido da apresentação do acadêmico, Dr. Oscar Fernández Brital, que discursou sobre Alberto Santos-Dumont. O palestrante brasileiro contou com o apoio do Adido de Defesa e Aeronáutica, junto à Embaixada brasileira na Argentina, Cel-Av. Manuel Luiz Guedes da Silva e equipe de auxiliares.

direção aos organismos supranacionais e coletivos, tais como o Conselho de Segurança da ONU, a União Européia e a Organização Mundial de Comércio. Para os lados, para Organizações não Governamentais enraizadas com a sociedade civil as quais emergem ao interior dos próprios Estados. Para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas, que se consideram representativas de identidades étnicas e culturais. Entre os dois últimos segmentos e o primeiro tendem a estabelecer-se relações cada vez mais diretas que obstam o Estado central. O Estado, desta maneira, vai perdendo o seu caráter de articulador fundamental da vida nacional e de interlocutor natural em matéria internacional.

Entretanto, é no campo econômico onde as ameaças contra o Estado apresentam-se maiores. A queda do Muro de Berlim trouxe consigo a preeminência do econômico sobre o político e, também, do âmbito do privado sobre o público. Por sua vez, o processo de desregulação, que tem evidenciado a economia nestes últimos anos, acompanhado de um gigantesco saltotecnológico, tem proporcionado uma extraordinária vitalidade ao fenômeno econômico, permitindo acumulações de capital nunca antes imaginadas. Acuada frente aos mercados financeiros, aos megaconglomerados da comunicação social e à fusão das grandes corporações transnacionais, o Estado apresenta-se cada vez mais impotente.

Destruir o Estado significa, entretanto, sufocar as reivindicações dos povos, deixar sem intérprete o sofrimento dos excluídos, perder o sentido do coletivo e renunciar a mobilizar as forças espirituais dos cidadãos em função de um ideal superior. Destruir o Estado é retirar do jogo a única instituição que foi capaz, nos anos trinta e no pós-guerra, de sustentar a economia e de reverter suas grandes crises. Hoje, quando a crise econômica que o mundo atravessa e o frenesi dos mercados ameaça condenar à pobreza centenas de milhões de seres humanos, torna-se mais necessário do que nunca contar com essa instituição ancestral, indispensável e insubstituível: o Estado n

...Obrigado, Portugal,
Pátria-Mãe do meu Brasil!

Obrigado porque teus descobridores partiram da ocidental praia lusitana e, por mares nunca d'antes navegados, foram bem além do Bojador, além da dor, e descobriram para o mundo a terra onde eu nasci.

Obrigado por teres batizado esta parte do Novo Mundo de Terra de Santa Cruz, e que se fez conhecida como Brasil. Nas velas enfunadas da esquadra de Pedro Álvares Cabral, teus navegadores, a cruz e a espada lado a lado, revelaram-nos e marcaram-nos para sempre com a Cruz da Ordem de Cristo. E, de imediato, mandou o Descobridor celebrar missa em louvor a Nosso Senhor Jesus Cristo, fazendo do Brasil a Nação cristã da qual edoquetodosnosorgulhamos. Obrigado pelo cristianismo!

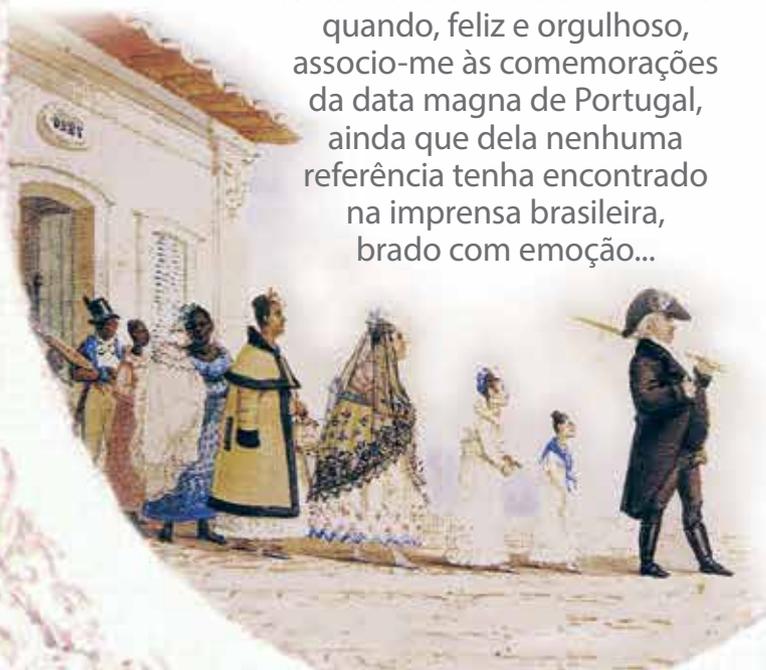
Obrigado pela última flor do Lácio, inculta e bela! Porque tu, Portugal, nos colonizaste, herdamos o idioma que Luiz Vaz de Camões e Fernando Pessoa imortalizaram. Obrigado, pois que, assim, permitiste que na tua língua latina se imortalizassem Machado de Assis, Castro Alves, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Gustavo Barroso e outros patrícios que bem a esgrimiram. Graças ao teu Português, ao nosso Português, os cento e noventa milhões de brasileiros se expressam e se entendem, emprestando unidade exemplar à Nação. É por meio do idioma de nossos antepassados luso-brasileiros que se entendem o caboclo da Amazônia e o capoeirista da Bahia, o jangadeiro nordestino e o empresário paulista, o gaúcho dos pampas e o seringueiro do Acre, o sambista carioca e o boiadeiro do pantanal, o seresteiro das Minas Gerais e o índio de todas as tribos. Obrigado pelo idioma que nos une e nos faz Nação!

Obrigado pelo território que nos legaste! Obrigado pela audácia, bravura, coragem, empreendedorismo e despojamento dos teus e dos nossos bandeirantes e entradistas que ousaram transpor Tordesilhas. Povoados e vilas,

General-de-Exército
Paulo Cesar de Castro

Pátria- Mãe!

Quando, triste e envergonhado,
leio a mentira divulgada em
textos revisionistas e marxistas...
quando, feliz e orgulhoso,
associo-me às comemorações
da data magna de Portugal,
ainda que dela nenhuma
referência tenha encontrado
na imprensa brasileira,
brado com emoção...



rios e campos, riquezas e ciência, tudo legaram em função da obra de brava e corajosa gente que tanto enriqueceu nossa História. Pelas mãos daqueles bravos e dos homens do litoral a Pátria foi sendo desbravada, demarcada e construída. Obrigado pelo território, magistralmente defendido por teus diplomatas, cuja obra tornou-se imortal nos teus tratados com Espanha, entre os quais sobressai o de Madrid. Obrigado pela terra que nos legaste.

Obrigado por esta mesma terra que para nós demarcaste e defendeste, semeando marcos, padrões e fortificações. Aí estão os fortes e fortalezas das Baías de Guanabara e de Todos os Santos. Aí estão as fortificações em todo o litoral, como, por exemplo, as do Recife, de Natal e Belém. Aí estão, sobretudo, provas da obstinação e da capacidade de teus engenheiros em Príncipe da Beira e em Coimbra. Obrigado, pois, pela riqueza histórica e cultural que, por meio tuas obras defensivas, tu nos presenteaste.

Obrigado pela coragem e bravura, pelo espírito combativo e destemido com que tu, Portugal, lideraste lusos e brasileiros nas lutas contra o invasor francês, no Rio de Janeiro e no Maranhão. Assim também nos combates contra o ousado invasor holandês, na Bahia, em Pernambuco e em outras praias do Nordeste. Da mesma forma, com determinação, comandaste os teus e os nossos nas pelejas contra os ingleses na calha amazônica.

Obrigado pela integridade do patrimônio territorial, afirmada e confirmada pela transmigração de tua Corte para o Rio de Janeiro, o que fez do monarca português o único rei europeu a visitar e a viver no Novo Mundo. Não fora a sábia e oportuna decisão tomada pelo Príncipe Regente, quem sabe como teríamos nosso País, quase metade da América do Sul, do qual desfrutamos em pleno Século XXI? Obrigado pelo legado da permanência da Corte no Brasil, de que são exemplos o Jardim Botânico e a Academia Militar das Agulhas Negras,

o Banco do Brasil e o Arquivo Histórico do Exército, a Justiça Militar, a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o Corpo de Fuzileiros Navais, exemplos lembrados a esmo entre tantos outros que bem poderiam ter sido recordados. Obrigado pela integridade do território.

Obrigado pela independência, proclamada pelo teu Pedro IV, que, em momento de magnífica lucidez e de amor ao Brasil, D. João VI deixou-nos como Príncipe Regente. Fizemo-nos independentes de ti, mas o sangue lusitano organizou o Império do Brasil e nos governou até a Regência. Não se pode esquecer que, também nas veias e artérias do brasileiro D. Pedro II corria o sangue de Portugal, filho de teu Rei D. Pedro IV. Obrigado pela voz que bradou "Independência ou Morte!".

Obrigado pelo verde e pelo amarelo, nossas cores nacionais desde o Império e que perpetuaram, em nosso pavilhão, as cores das dinastias de Bragança e dos Habsburgos. Nelas, hoje e no mundo inteiro, encontramos nossa identidade e por elas somos prontamente reconhecidos. São cores que fazem bater mais forte o coração do brasileiro. Elas estão em nossos quartéis, belonaves, aeronaves, edifícios públicos, estádios, legações e trajas desportivos. Obrigado aos da Casa de Bragança e aos da Casa dos Habsburgos por nossas cores nacionais.

Obrigado pelo jeito brasileiro de ser, tão marcado pela miscigenação adotada e praticada pelo colonizador. Porque os teus se miscigenaram, não somos racistas. Ao contrário, abominamos os que nos querem fazer ver e pensar de outra forma. Não fossem os teus e não teríamos as decantadas mulatas que tanto nos orgulham e que encantam platéias quando evoluem ao som de samba e do frevo, do maracatu e do boi bumbá.

Obrigado pelo legado artístico que hoje exibimos em nossas igrejas. São os próprios templos admiráveis obras de arte, com seus riquíssimos acervos em imagens, objetos de ouro e prata, pintu-

ras e esculturas. Obrigado pelo que nos ensinaste e deixaste em arte sacra.

Obrigado pelo que nos ofereceste quando comemoramos, em 1972, o sesquicentenário de nossa independência. Deste-nos o corpo do próprio D. Pedro I, hoje guardado em venerável repouso no Monumento do Ipiranga, às margens do mesmo riacho no qual proclamou-nos Nação livre e soberana. Obrigado por deixá-lo repousar em terras brasílicas.

Obrigado pelos costumes, valores e tradições que nos fazem parte inconfundível da civilização ocidental. À tua predominante cultura somaram-se contribuições italianas e indígenas, espanholas e africanas, finlandesas e alemãs, japonesas e coreanas, holandesas e russas, todas artífices da cultura brasileira, perfeitamente integrada e identificada à do Ocidente. Obrigado por nos ter aberto as portas do Ocidente cristão n

**Obrigado por tudo, Portugal!
Obrigado, Pátria-Mãe!**

Trecho final do Discurso de Posse do Ten Brig Socrates da Costa Monteiro como Ministro de Estado da Aeronáutica, em 15 de março de 1990

Desejo registrar uma homenagem às minhas origens...

Descendente direto da brava gente portuguesa, que com ímpeto e audácia singraram todos os mares, conquistando terras, conquistando gentes, a todos levando sua fé através das cruzes de suas caravelas, aqui lhes presto minha homenagem, daquele que herdou no sangue a ansiedade dos caminhos e o orgulho das conquistas...

Filho de imigrantes pobres e simples, ambos portugueses e que a partir de mim souberam criar uma família de luso-brasileiros, indicando-nos sempre o caminho da honra e do dever, ensinando-nos a respeitar a terra deles mas a amar acima de tudo a nossa terra...

Foi esta a lição que os ajudou a conquistar o mundo.

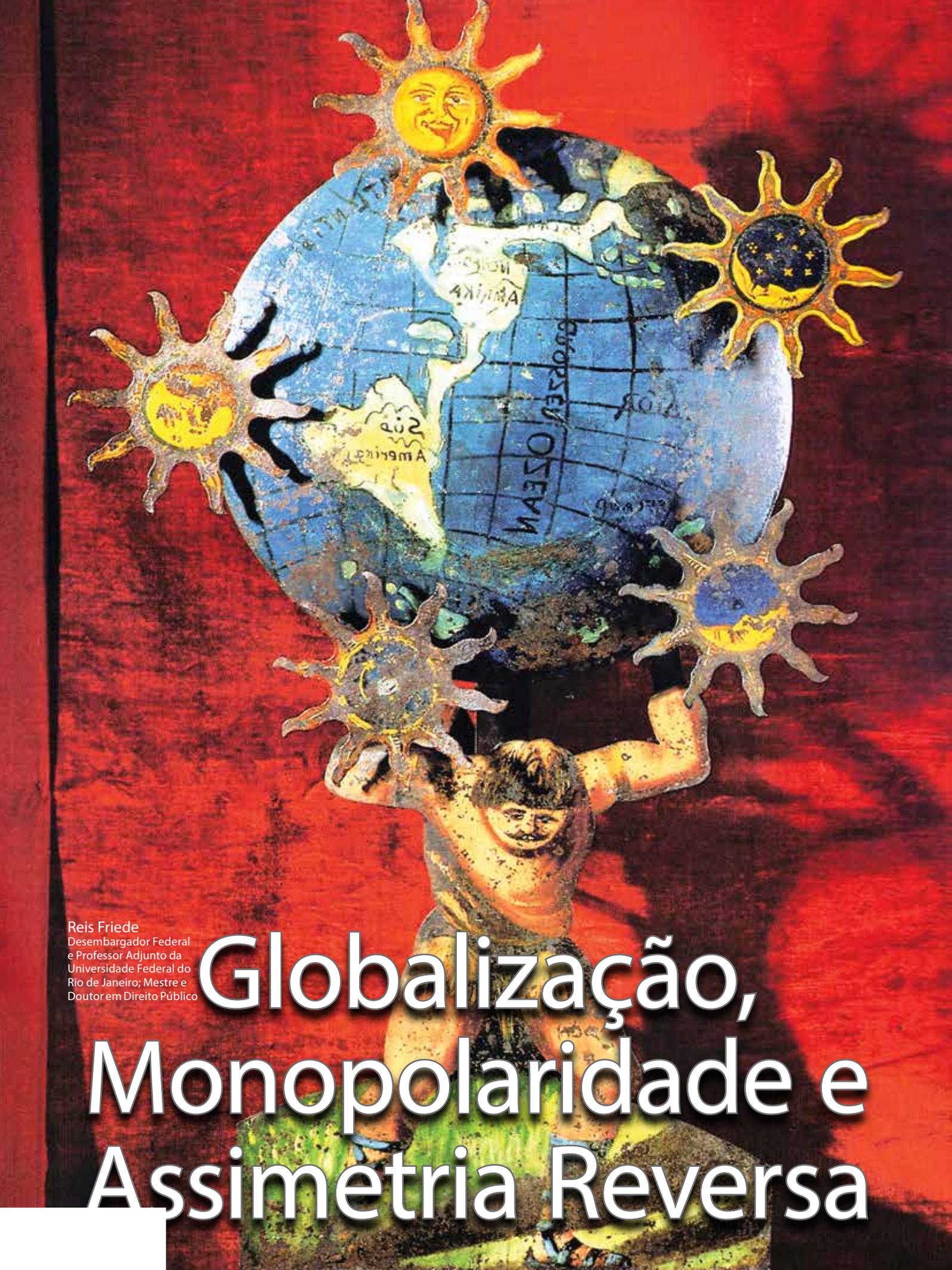
Elevo afinal meu pensamento a Deus, agradecido por tê-los conservado a meu lado neste momento.

Agradeço a Deus por ter-lhes permitido a graça de comigo vive-lo.

Agradeço a Deus por ter-me permitido – não lhes pagar, porque pagar não posso –, mas retribuir-lhes com este pequeno feito, o muito que fizeram por mim..."

Agradeço a todos pela presença.

Obrigado n



Reis Friede
Desembargador Federal
e Professor Adjunto da
Universidade Federal do
Rio de Janeiro; Mestre e
Doutor em Direito Público

Globalização, Monopolaridade e Assimetria Reversa

Embora os EUA demonstrem uma natural aversão em associar os fenômenos da globalização e da monopolaridade, muitos estudiosos preferem entender, pelo menos em parte, o processo de globalização como uma consequência direta da plena restauração da liderança absoluta dos EUA no cenário mundial, a partir do início dos anos 90.

Defato – como ocorreu, em termos aproximados, no imediato período do pós-guerra (1945-1950) –, os EUA se constituem, no presente, como a única potência global completa, ou seja, detentora, simultaneamente, de todas as variáveis do poder nacional (como instrumentos de projeção e imposição da soberania), posto que é, ao mesmo tempo, a maior potência econômica, militar, política e psicossocial do planeta, não obstante toda a sorte de recentes acontecimentos relativos à chamada Crise Global, herdada pela administração BARACK OBAMA.

Essa invejável posição foi resultado direto, como preferem entender alguns especialistas em geoestratégia, da política, empreendida na era REAGAN, que ficou conhecida como contraforça e que originou, nas relações Leste-Oeste, a chamada bipolaridade confrontativa, típica do início da década de 50, com novo matiz de competição tecnológico-militar, cujo objetivo último foi, nas palavras de seus defensores diretos e indiretos (RAY CLINE, ALEXANDER HAIG, ZBIGNIEW BRZEZINSKI, THOMAS ENDERS, ROBERT POWERS, entre outros), “sufocar a URSS, fazendo-a desviar seus escassos recursos para uma corrida armamentista, com novos matizes tecnológicos, exaurindo, desta feita, o seu potencial econômico”.

Na época (final da década de 70), inclusive, era comum as escolas de estado-maior das forças armadas proclamarem a todo instante a crise militar (e de liderança política) que minava o prestígio e a influência norte-americana no mundo, corroborada com os fatos relativos ao resultado da guerra no Vietnã (1975), o episódio da queda do Xá e dos reféns no Irã (1979), a intervenção cubana na África (1975/79), a insurreição na América Central – notadamente na Nicarágua (1980) etc., nos seguintes termos:

“A crise militar dos Estados Unidos pode ser descrita como a principal causa da perda de poder relativo dessa Nação. Mais do que qualquer outro campo, foi a decadência bélica a razão fundamental da decadência norte-americana em questões de poder global e o motivo central da crise de liderança e de determinação política.

Não restam dúvidas de que o poder militar continua sendo o principal fator de polarização global relativa e, nesse aspecto, a geratriz básica que contribui para o status de superpotência. No momento, é o poderio militar compacto de grande envergadura que resguarda o título de superpotência à União Soviética e, em determinado prisma, ainda é, o poderoso arsenal nuclear estadunidense que reserva à América a denominação honorífica de superpotência.

Na medida em que o mundo tende a se multipolarizar, em consequência do surgimento de novos protagonistas no cenário mundial, a capacidade militar de intervenção tenderá a adquirir maior importância no ambiente internacional e, sobretudo, como instrumento eficiente de política nacional.

A Nação que não conseguir compreender, com precisão, o importante papel das forças armadas no conjunto eficiente da estratégia nacional, na consecução de seus objetivos nacionais atuais e permanentes, estará, irremediavelmente, condenada ao declínio virtual de seu poderio relativo e à atrofia de sua autonomia política e econômica.

Os Estados Unidos, neste momento, estão sofrendo as consequências de seus equívocos estratégicos que possibilitaram a emergência da União Soviética como grande potência militar no cenário mundial a partir das décadas de 60-70. A falta de visão global e o malogro em compreender os objetivos nacionais soviéticos fizeram a administração de Washington cometer um erro de tal proporção que condicionou o ambiente mundial a um processo, quase irreversível, de recuo norte-americano em todos os campos de poder perceptível, especialmente o militar.

Pior, também, é que condicionou o povo americano a uma atitude passiva quanto à importância do instrumento militar, provocando, como efeito do denominado trauma do Vietnã, uma mentalidade míope que resolveu fechar os olhos para os acontecimentos externos, de interesse norte-americano, com perigo de um novo isolamento da América com repercussões imprevisíveis”.

Essa verdadeira doutrina estratégica de bipolaridade confrontativa, que buscava também sepulturar as idéias de bipolaridade distensiva de HENRY KISSINGER (e, de forma mais pretérita, as concepções de McNAMARA), foi constante e insistentemente ventilada, com maior ou menor ênfase, por seus idealizadores, em diferentes ocasiões, verbis:

“Representará o segundo centenário o fim da idade americana? Talvez... mas não necessariamente, se os norte-americanos tiverem o descortino de adaptar-se às demandas de um mundo em evolução. Entretanto, sozinhos ou num sistema político internacional mais cooperativo, de alianças cambiantes e crescente regionalismo, é muito provável que os Estados Unidos continuem sendo a esperança do mundo durante mais tempo do que os próximos 20 anos” (BARRY M. MEUSE).

“...o fato é que se empregássemos todas as nossas armas nucleares e os russos empregassem todas as deles, cerca de 10% da humanidade seria aniquilada. Isso é uma calamidade que está além do

alcance da compreensão humana. É uma calamidade que não se justifica de nenhuma maneira do ponto de vista moral. Mas, do ponto de vista descritivo e analítico, não é o fim da humanidade” (ZBIGNIEW BRZEZINSKI).

“...embora os danos sejam terríveis, calcula-se que ambos os lados sobreviverão e serão capazes de se refazerem após uma guerra nuclear (Conclusão do estudo PONA II dos chefes do Estado-Maior Conjunto, EUA, 1980).

De 30 anos para cá, a URSS se equipou com uma defesa absolutamente perturbadora; toda a Nação que dispõe de tais meios pode um dia ser tentada a utilizá-los” (MARC DE JOYBERT).

“Sendo insuperáveis em todas as dimensões de força na década de sessenta, vimos a nossa liderança diminuir ou desaparecer em setor após setor, ao mesmo tempo em que tentávamos fazer ver à União Soviética que ambos poderíamos beneficiar-nos no deslocamento de recursos militares para os usos pacíficos. A resposta soviética foi o aumento de sua capacidade estratégica bélica, bem como a busca de meios de projetar o seu poderio militar no mundo em desenvolvimento” (THOMAS O. ENDERS).

“A rivalidade é inerente num sistema que funciona sem consenso global”. (ZBIGNIEW BRZEZINSKI).

Também, nessa fase das relações EUA-URSS, eram comuns as manifestações de descontentamento com o nível de equilíbrio militar obtido, notadamente, pelas iniciativas de LEONID BREJNEV (1964/82), nos seguintes termos:

“A deterioração da superioridade militar dos Estados Unidos é (ao lado do declínio econômico relativo) a segunda, e possivelmente a principal, razão, amiúde oferecida, do declínio da influência norte-americana no mundo. Há apenas 15 anos, os EUA desfrutavam de esmagadora superioridade em bombardeiros estratégicos, mísseis balísticos, ogivas nucleares e outros sistemas de armas importantes. A partir de 1960, porém, começou a expan-

dir-se substancialmente o desdobramento de mísseis estratégicos soviéticos ante o crescente e gradativo desarmamento unilateral norte-americano. Desde então, a URSS suplantou os Estados Unidos em diversos setores militares, permitindo aos EUA conservar sua superioridade, ao menos por enquanto, somente em alguns setores ligados à qualidade do equipamento e no número de bombardeiros, quantidade geral de ogivas termonucleares, esquadra de porta-aviões e força de helicópteros. Porém, a superioridade anterior dos EUA reduziu-se a um ponto em que os soviéticos lograram, grosso modo, equivalência com os EUA.

Mais importante que isso, os soviéticos parece que vão ou pretendem ir muito além da ‘equivalência’. Há indícios claros de que a URSS está determinadamente empenhada não em paridade, mas em superioridade; a mesma que os Estados Unidos tinham em relação a eles, mas com uma grande diferença: Washington jamais utilizou essa vantagem contra Moscou, razão pela qual abriu mão da mesma; contudo, não há garantias de que o Kremlin só deseje a superioridade, com única e exclusiva intenção pacífica, de saciar o espírito moral de seus dirigentes”.

O objetivo fundamental era não só encerrar de vez o decadente prestígio das posições de KISSINGER (como já afirmamos), flagrantemente pessimistas em relação ao potencial estadunidense, como também desviar os rumos do confronto entre os legisladores favoráveis (apelidados de falcões) e desfavoráveis (apelidados de pombas) a um substancial aumento do orçamento militar estadunidense.

“(...) os Estados Unidos já não estão em condições de operar programas globais: precisam alentá-los. Já não podem impor a solução que preferem (...) nosso papel terá que ser o de (...) incentivar a iniciativa de outro” (HENRY KISSINGER).

“Do que os Estados Unidos precisam não é de falcões ou de pombas, mas da sabedoria das corujas que entendem a natureza permanente do conflito internacional

e o papel da credibilidade da força militar como instrumento de política nacional” (ROBERT C. POWERS).

Por outro ângulo, durante as décadas de 60 e 70, muitos intelectuais norte-americanos expuseram o “mito da repressão americana”, isto é, o conceito de que o envolvimento dos EUA na política de outrassociedade seria quase invariavelmente hostil à liberdade e apoiador da repressão nessas sociedades. HANS J. MORGENTHAU, em 1974, chegou mesmo a afirmar que “com uma invariável constância, desde o fim da Segunda Guerra, temos intervindo em nome da repressão conservadora e fascista contra a revolução e a reforma radical. Numa época em que a sociedade se acham numa etapa revolucionária ou pré-revolucionária, nós nos convertemos na primeira potência do status quo pré-revolucionário. Uma política assim pode unicamente conduzir a desastre moral e político”.

Como enérgica reação a este ponto de vista, os partidários da política de contraforça também souberam, com reconhecimento e habilidade, desferir um verdadeiro contra-ataque a este tipo de filosofia sociológica, impondo, por fim, uma doutrina que legitimava, em última instância, as ações interventivas que se vislumbravam à época.

“A crença de que os Estados Unidos não podem agir mal em nome dos valores da liberdade e da democracia é, evidentemente, tão errônea no exterior como é nos EUA. Mas também é errônea a crença – mais prevalente nos círculos intelectuais dos EUA nos anos 70 – de que os Estados Unidos não poderiam nunca agir bem em nome desses valores. É muito mais provável que o poder dos EUA seja empregado em nome de tais valores do que o poder de qualquer outra Nação importante” (SAMUEL P. HUNTINGTON).

Essa nova fase, indiscutivelmente, melhorou a auto-estima da Nação norte-americana, permitindo, por efeito, a restauração da projeção do poderio (e da soberania) estadunidense no cenário internacional.

“(…) Este novo começo é uma renascença nacional” (RONALD REAGAN).

“Este notável desempenho deu forma ao desafio que enfrentamos hoje de administrar sabiamente as forças desencadeadas pelo próprio dinamismo. Os Estados Unidos, por seu lado, encontram-se atualmente restaurando o seu próprio dinamismo (...). O presidente REAGAN descreveu este novo começo com uma renascença nacional. Os Estados Unidos vibram com um renovado sentimento de determinação nacional e de liderança internacional” (T. O. ENDERS).

Mais do que isso, contudo, viabilizou o almejado retorno dos EUA à confortável situação de potência hegemônica única num novo contexto de mundo monopolar.

“As principais prioridades dos Estados Unidos em matéria de política externa têm três componentes essenciais: a firmeza, a credibilidade e o equilíbrio” (Gen ALEXANDER HAIG).

Neste aspecto particular, é forçoso concluir, em absoluta sintonia com a posição de vários estudiosos, que, diferentemente de algumas sínteses analíticas mais conhecidas, o resultado não satisfatório do envolvimento dos EUA na Coreia (1950/53) e, principalmente, no Vietnã (1964/75), como bem assim da URSS no Afeganistão (1979/85), decorreu, sobretudo, da confrontação bipolar indireta (posto que as superpotências da época armavam de forma maciça os contentores diretos do conflito) e não propriamente de uma pretensa força moral ou espiritual de determinação dos povos envolvidos. No Vietnã, em particular, não obstante a visão romântica da impotência do gigante norte-americano vis-à-vis com as espetaculares táticas guerrilheiras, é fato que se não fosse o fornecimento contínuo e maciço de armas soviéticas e chinesas (nunca é demais lembrar que o Vietnã do norte possuía, à época dos fatos, a maior defesa antiaérea de mísseis do mundo fornecida e instalada pelos soviéticos), não teria ocorrido, durante praticamente toda a extensão temporal do episódio, o chamado

empate técnico que tornou refém tanto o Vietnã do Norte como o seu equivalente do Sul. Aliás, essa conclusão é facilmente comprovada na análise do conflito coreano, no qual as tropas da ONU, lideradas pelo Gen MacARTHUR, em apenas três meses reconquistaram a península invadida, somente caracterizando o denominado empate técnico com a entrada da China (com apoio técnico e bélico da URSS) através de mais de 400.000 tropas “voluntárias”.

O mesmo aconteceu com os soviéticos no conflito do Afeganistão, considerando que os EUA não mediram esforços em armar e treinar (inclusive contratando mercenários), os adversários da URSS, na oportunidade, o que, posteriormente, ensejou os atuais problemas com os Talibãs naquela região.

Por outro lado, sem a confrontação de uma superpotência militar, a chamada 1ª Guerra do Golfo (1990) transcorreu sem maiores problemas para os EUA e seus aliados, mesmo considerando a envergadura do exército de SADDAM HUSSEIN (com mais de um milhão de homens), reputado um dos maiores do mundo, à época dos fatos.

Assimetria Reversa

Não obstante, toda esta assertiva conclusiva, é fato que, em idêntico exemplo, – ou seja, na 2ª Guerra do Golfo (iniciada em 2003) –, os mesmos resultados obtidos em 1990 não lograram se apresentar de idêntica forma, fazendo surgir, com muito mais ênfase do que no passado, um fenômeno outrora já conhecido, que se manifestou de maneira mais evidente durante o Conflito do Vietnã.

Ou seja, não obstante a importância da denominada confrontação bipolar indireta, como efetiva explicação do insucesso da empreitada norte-americana naquela oportunidade, é fato que tal explicação apresenta-se insuficiente para o pleno conhecimento da sociologia geoestratégica relativa ao tema, mormente se considerarmos a real dimensão do auto-limitado emprego do poderio bélico estadunidense na Indochina.

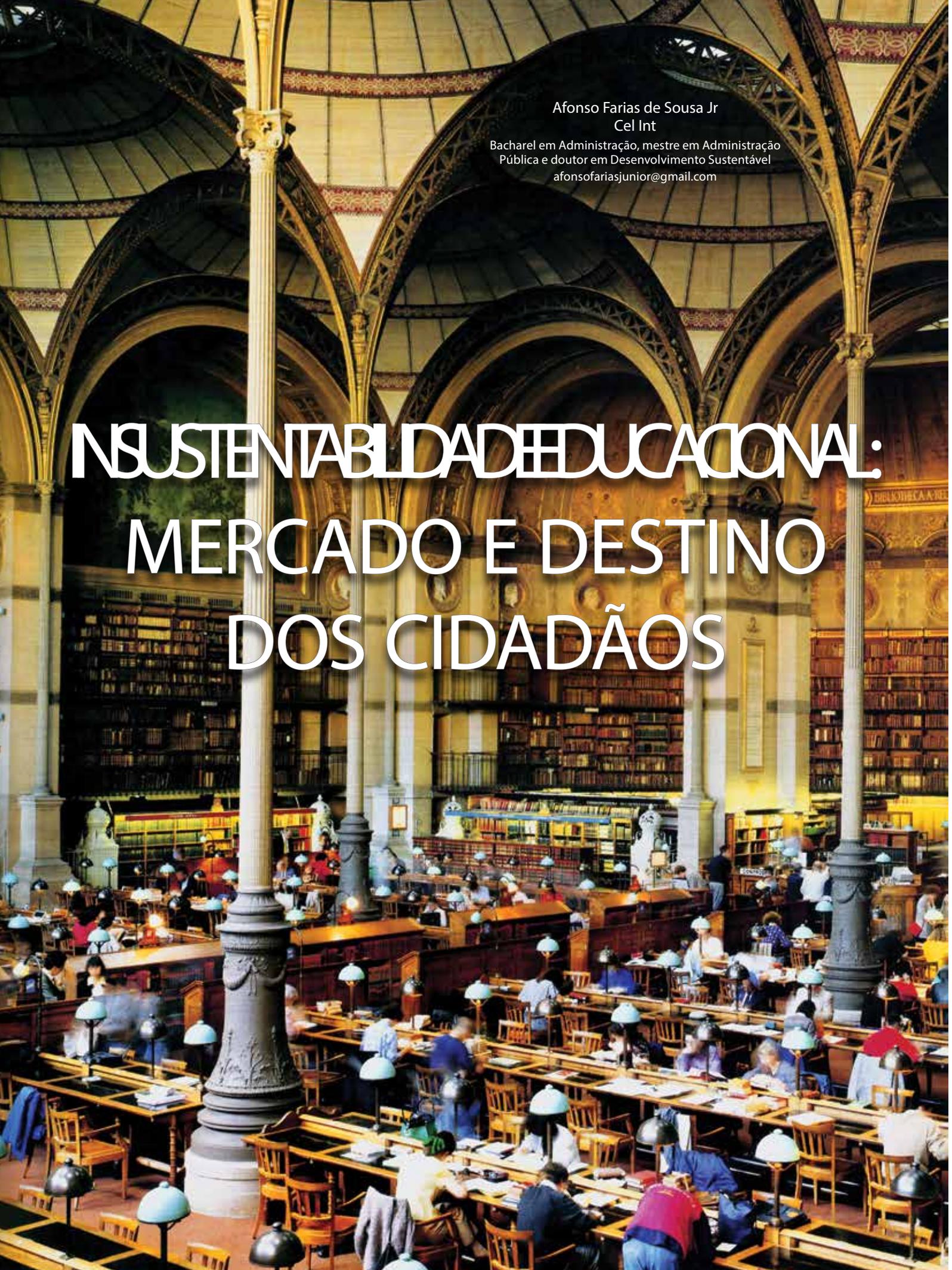
Destarte, foi especialmente durante a Guerra do Vietnã (e, em parte, focada nas percepções ímpares e, até então, inéditas de McNAMARA) que a denominada assimetria reversa se expressou com mais ênfase, reafirmando o fenômeno segundo o qual a assimetria tecnológica de meios militares entre dois Estados, – de forma diversa do que se pode concluir apressadamente –, se subjugou ao efeito da efetiva limitação do emprego de tais instrumentos contra o oponente de limitados meios, em decorrência, sobretudo, da dificuldade de uma sociedade com elevado grau de civilidade aceitar os chamados danos colaterais, em grande escala.

As dificuldades do Ocidente nas Guerras do Iraque (2ª Guerra do Golfo) e do Afeganistão, nestes dias, são, portanto, muito mais facilmente explicáveis pela manifestação do fenômeno da assimetria reversa do que propriamente de um suporte logístico do Irã (no caso específico do Iraque) ou de qualquer outro Estado ou de alguma entidade paraestatal (no caso particular do Afeganistão).

Portanto, em apertada síntese conclusiva, podemos afirmar, sem qualquer receio de errar, que os desafios do século XXI serão muito mais caracterizados pelo fenômeno da assimetria reversa do que, como no século passado, por qualquer modalidade de confrontação bipolar indireta, por parte de qualquer entidade estatal formal.

Será, neste sentido, muito mais um confronto de concepções ético-morais, – com necessidade de uma verdadeira reengenharia da própria forma de fazer guerras, em decorrência da auto-limitação do emprego da força militar –, do que propriamente de limitações (ou de contra-posição efetiva) de meios ou, mesmo, de alta tecnologia militar n





Afonso Farias de Sousa Jr
Cel Int

Bacharel em Administração, mestre em Administração
Pública e doutor em Desenvolvimento Sustentável
afonsofariasjunior@gmail.com

INSUSTENTABILIDADE EDUCACIONAL: MERCADO E DESTINO DOS CIDADÃOS

Sucessivos governos formaram o status quo vigente no Brasil em termos de educação.

Há muito que as autoridades olvidaram estímulos materiais e psicológicos para a classe dos professores, de essência real e de importante valor para a construção da identidade e desenvolvimento nacionais.

O interesse para essa profissão diminui a cada ano. Somente os extremos passam a permear essa profissão: ou são abnegados ou são aqueles que nada conseguiram em outros concursos estão na sala de aula (desagradáveis, despreparados, inconvenientes e desconectados com a educação).

Parece que o Mercado da educação passou a comandar o processo. Os professores universitários são cada vez mais exigidos pelos alunos, coordenadores e diretores nas faculdades privadas. Os alunos, que por não terem o devido preparo, tentam transformar o professor em instrumento de seus ignorantes desejos, querendo subordiná-lo como empregado direto e forcem, cada vez mais, aprovações indevidas. Por outro lado, as coordenações direcionadas para o binômio educação-lucro, exigem professores cada vez menos professores. Transformam essa sublime profissão em instrumento articulado da promoção do retorno financeiro.

Organizações, Mercado, Sociedade e Governo são responsáveis pelo(a): a) descaso na educação; b) ausência de pensar estratégico e c) falta de formulação de modelo brasileiro de educação para o desenvolvimento sustentável do País.

O primeiro quesito já foi abordado

nos parágrafos acima. Mas o pensar estratégico ainda não o foi. É sobre ele que se discorrerá agora. Como vislumbrar o Brasil 2030? Como estão funcionando a educação, a saúde, a segurança, a justiça etc.? Há um alinhamento único que fundamenta essas questões: EDUCAÇÃO. Sem ela, pouco se poderá fazer para gerar a devida eficiência e eficácia nas dimensões supraditas. Educação é bem universal, é direito de todos e dever do Estado. Se ela assim está inserida no contexto constitucional e representa desejo legítimo do constituinte e da sociedade, qual é a razão da baixa motivação para pensar estrategicamente o futuro nacional? Por que a extrema dificuldade para reunir ministérios, governos (federal, estadual e municipal) e a comunidade para atingir o que se pretende? Notoriamente, há um descasamento entre o que os governos pensam, o que as empresas querem e aquilo que a comunidade deseja. No entanto, todos almejam alcançar o sucesso. Hilário e trágico, pois não se concentram e não se integram em preitada conjunta para tornar real esse intento.

Qual é o modelo de educação adotado no Brasil? Precisa-se desse modelo? A cada ano que passa novos livros (caríssimos) são adotados, inclusive com erros didáticos e com (des)construções ideológicas que fogem à dialética e à ética educacional e cívica. O que se pretende com isso? Esqueceram de descobrir o Brasil real. Quais são as reais identidades nacionais? Quais são nossos problemas concretos? O que obstaculiza o desenvolvimento nacional nos últimos cinquenta anos? Qual é o nosso padrão de desenvolvimento? O que a educação representa para o desenvolvimento nacional? As respostas a essas questões (e para outras nesse sentido) podem apresentar alguns caminhos a seguir. Seguir subentende-se que ações estratégicas serão implementadas, monitoradas, avaliadas e discutidas para compreender onde se chegou e onde se quer chegar

ou não. Agir e compreender resultados é desejável.

Enfim, necessita-se de DECISÃO societal e de demandar dos governos o que empresários, autoridades públicas e cidadãos já sabem. Todos querem mudar este País, a sociedade tem essa força, mas a baixa capacidade de mobilização dos brasileiros favorece a performance corrupta e fortalece a atuação de autoridades governos nem tão alinhados com as necessidades, interesses e aspirações do povo brasileiro. A ausência de benefícios reais à sociedade é tanta, que o Mercado passou a dominar a política, imperando assim, na maioria das vezes, os reais interesses do lucro por intermédio de políticas públicas (aparentemente bem apresentadas) geradoras de prejuízos estratégicos socioambientais, políticos e econômicos para o Estado nacional.

Por tudo isso, como afirma Rabaça (2009)¹, precisa-se de professores apaixonados, magnéticos e, ao mesmo tempo, dramáticos e doces. Um formador de futuras gerações, ora advertindo-as, ora exortando-as, ora conclamando-as para tomadas de posição enérgicas, sobretudo contra negativismos e más práticas, como o desrespeito em nosso país.

Prescindir dos mestres, de boas escolas e de um sistema educacional alinhado com o pensar estratégico nacional poderá gerar caos na juventude, estabelecimento da falta de princípios nos cidadãos e promover a crescente desesperança nas instituições e autoridades deste País.

O capital intelectual brasileiro pode, tem condições e possui a necessária força para fugir do destino miserável que vem sendo imposto há décadas.

Boa sorte Brasil. Ainda há brasileiros. Ainda há esperança de um espaço melhor n

¹ Carlos Alberto Rabaça: Homem verdadeiro. http://odia.terra.com.br/portal/conexaoileitor/html/2009/7/carlos_alberto_rabaca_homem_verdadeiro_23017.html - acessado em 11 jul. 2009.



Tàpies
Knotted Cloths
1970

Tenacidade é preciso

Maj Brig Ar Antonio Luiz Rodrigues Dias
Ex-comandante da Escola Superior de Guerra, da Universidade da Força Aérea
e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

... Se as cousas fossem diferentes, seriam diferentes, eis tudo;
Se as cousas fossem como tu queres, seriam só como tu queres.

Ai de ti e de todos que levam a vida
A querer inventar a máquina de fazer felicidade!

Fernando Pessoa, como Alberto Caeiro

Dois assuntos, divulgados pela Imprensa, no dia 6 de fevereiro de 2009, chamaram-me a atenção, dada a estreita ligação que existe entre eles.

Em primeiro lugar, o General Paiva, ex-comandante da ECEME, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, manifestou a sua preocupação com a aplicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), recentemente elaborada pelo Poder Executivo.

Embora possa parecer estranha a ansiedade despertada pelo documento na mente do articulista, ela tem fundamento, pois a tradição em nosso País é a das obras inacabadas, sejam elas físicas ou intelectuais, e a END, em seu detalhamento, permite concluir que, para a sua consecução, serão necessários a continuidade de esforços, o emprego dos recursos disponíveis e o aperfeiçoamento do Poder Nacional por longo tempo, ou seja, ela precisará sobreviver às mudanças de governo.

Seremos persistentes o bastante para sustentá-los?

Os estudiosos e formuladores de teorias relativas ao poder das nações resumem o que vem a ser o seu objeto

de trabalho em uma fórmula matemática simples, porém muito realista: o poder (P) é função tanto da capacidade (C), ou dos meios de que dispõe um país, como da vontade (V), ou seja, da real intenção dos detentores dos meios em aplicá-los, com credibilidade, em benefício dos interesses nacionais. Sintetizando: Poder = Capacidade X Vontade.

Se analisarmos a conjuntura brasileira ao longo dos anos, a conclusão óbvia a que se chega, justificando, em parte, a dúvida do General Paiva, é de que o Brasil permanece, apesar de todo o progresso e de todas as conquistas, como o país das potencialidades: contamos com um território enorme, com diversidade geográfica quase incomparável, e com uma população crescente, cuja idade média ainda é baixa, em relação ao restante do planeta; porém sem ainda ver os seus recursos utilizados para reduzir efetivamente ou, até mesmo, para anular as mazelas que o afligem e para colocá-lo em posição de destaque no cenário internacional. Por outro lado, o exercício consciente da cidadania, visto não somente como o direito de votar, mas como o de participar da vida coletiva, no papel de entes políticos, é substituído, lamentavelmente, pela deficiência educa-

tiva, pelo culto à individualidade ou pelo corporativismo, pelo materialismo imediato, pelo exercício político mesquinho, pela ignorância e pelo desrespeito às leis, pelo salve-se quem pudere, muitas vezes, pela negligência com a coisa pública. Retornando à fórmula, resta-nos concluir que a nossa capacidade é restrita e a nossa vontade inconsistente, tendo como produto final um poder em fragmentos, que deixa o País bastante fragilizado perante a perspectiva de qualquer contratempo.

Que fazer, então, para solucionar o problema?

Reportando-nos ao lema da nossa Bandeira, colocando ordem na casa, para que tenhamos o progresso. E colocar ordem na casa significa dizer que devemos planejar aquilo que desejamos para a sociedade brasileira, interpretando, com clareza, os objetivos por ela vislumbrados, em carta de intenções que tenha o caráter de compromisso de vida ou morte, a fim de despertar o gigante adormecido. Se assim não for, estaremos fazendo o papel de avestruzes, que enterram a cabeça no buraco nos momentos de perigo.

Aquilo que auguramos, portanto, constitui a Política, no seu sentido mais puro, uma listagem do que precisamos melhorar, tanto em termos de capacidade, quanto de vontade, gerando as ações estratégicas de utilização dos meios e do potencial que já existem, de modo a criar mais e melhores recursos (capacidades ampliadas), e também a consolidação do sentimento de que não devemos titubear quando necessário utilizá-los ao defender os nossos interesses e o nosso patrimônio (vontade reforçada).

Retornando ao foco inicial, podemos dizer que a END, parte específica da ação política do Governo, na área de competência do Ministério da Defesa (MD), tem como propósitos atingir níveis de capacidade suficientes, de modo a permitir que as aspirações dos brasileiros sejam alcançadas, dando a devida importância ao fortalecimento da vontade daqueles
seu âmbito – civis e mili-

tares – de modo a deixar claro, a quem quer que seja, que os meios disponíveis serão aplicados com competência e precisão, sem tergiversar quando tratando de assegurar o patrimônio e os legítimos interesses do Brasil.

Corroborando essa intenção, já na sua Formulação Sistemática, o documento – resultado do trabalho coordenado de componentes das três forças, do MD, e da comunidade acadêmica – registra a meta de valorizar o fator vontade da equação do poder, ao visualizar a formação de especialistas civis em assuntos da defesa e atribuir essa tarefa à ESG, conceituado instituto de estudos de problemas nacionais, além de incentivar o permanente debate entre as lideranças civis e militares sobre os problemas correlatos. Definiu, também, que aquela escola deveria ser movimentada para Brasília, a fim de melhor cumprir as suas funções, assertiva bastante lógica, pois lá se encontram os órgãos centrais dos três Poderes da República, fontes de recursos humanos a converter em massa crítica, especializada em assuntos da defesa, que devem ser compartilhados entre civis e militares.

Não será fácil alcançar esses desideratos, pois as coisas não acontecerão de maneira tão simples, como mostra o segundo assunto que me despertou a curiosidade: a reportagem do Jornal do Brasil sobre a decidida transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) para Brasília, com destaque para a reação de representantes do Estado do Rio de Janeiro (RJ) no Congresso Nacional, que, segundo aquele periódico, mobilizam-se para evitar o que alguns chamam de mais uma etapa de esvaziamento da capital do Estado. Alegariam, também, os parlamentares que a ESG é patrimônio do Rio de Janeiro, que militares nele servindo são contrários à mudança e que – apesar de, como vimos, não ter sido concebida isoladamente, mas por um grupo de estudiosos da defesa – a idéia foi infeliz e será prejudicial não só ao Estado do Rio de Janeiro, como ao Brasil.

As premissas explicitadas pelos senadores e deputados, no caso, não se sustentam racionalmente. Na verdade, mascaram o verdadeiro motivo dessa oposição, qual seja, a preocupação de parcela das lideranças nacionais, que acredita serem os projetos de modernização administrativa e de atualização acadêmica da Escola Superior de Guerra, iniciados desde o final da década de 90 do século passado, tentativas de esvaziar a influência política daquela escola e, até mesmo, de encerrar as suas atividades; de transformá-la em Escola de Governo, sujeita à ação deletéria do jogo político; de cortar-lhe as características apolíticas e adogmáticas, típicas de uma Escola de Estado.

Teriam razão os opositores?

Não creio, por três motivos principais.

Em primeiro lugar, porque todos os planejamentos de atualização executados naquela escola na última década sempre contaram com a participação efetiva da sua Administração e de representantes do seu Corpo Docente (ou Corpo Permanente, como queiram). Assim se deu com o Plano ESG 2000, com o Plano de modernização que se tentou implantar durante a gestão do Ministro Viegas, em 2003 e 2004, e com os trabalhos da CRESG (Comissão de Reestruturação da ESG), presididos pelo General Oliva, por determinação do Vice-presidente e Ministro José de Alencar, no intervalo entre o findar do ano letivo de 2004 e o início das atividades de 2005. O mesmo envolvimento vem acontecendo com as ações previstas pela nova END, que contam com o dedo da ESG para a sua concretização com sucesso.

Em segundo, já que o fechamento da Escola Superior de Guerra constituiria extrema falta de sensibilidade pedagógica, pois implicaria em retirar de cena um instituto de altos estudos de características únicas, já consolidado, reconhecido no âmbito acadêmico e internacionalmente, e jogar no lixo anos de experiência no estudo dos problemas nacionais. A ESG, é bom lembrar, faz parte do Forum dos Reitores das Universidades do Rio de Janeiro

(FORERJ), mantém coordenação com instituições de Ensino Superior de Brasília e de outros Estados e participa, periodicamente, da Conferência de Diretores de Defesa Íbero-americanos (CDCDI).

Finalmente, porque, do ponto de vista político, fechar a ESG seria uma insanidade, já que esse ato significaria abrir mão de uma das mais importantes ferramentas hoje existentes para atingir um dos propósitos da própria END, o fortalecimento da vontade dos seus futuros aplicadores.

Esquecem, ainda, aqueles ilustres pensadores, todos com marcantes contribuições para a sociedade brasileira, porém críticos e saudosistas, que a fundação da ESG só aconteceu graças ao descortino de um grupo de oficiais, que não hesitaram em surfar na onda do tsunami democrático que varreu as nações totalitárias após a vitória aliada sobre o Eixo na Segunda Guerra Mundial, e mudaram o status quo, ao criarem uma escola brasileira de excelência estratégica (e não fluminense, ou carioca), estabelecendo-a na cidade do Rio de Janeiro pela coincidência de lá ficar a sede do Governo na época em que foi fundada. Certamente, se hoje vivêssemos, aqueles pioneiros não duvidariam em enfrentar os novos tempos, marcados pela globalização e pelas crises, e testariam as novas idéias sem qualquer receio, pois os anseios maiores de dar segurança e desenvolvimento ao País não podem e não devem ser privilégio de alguns, mas de todos os brasileiros, independente de credo político. E até incentivariam a mudança para Brasília, capital da República, onde se reservou, no passado área para que isso acontecesse.

Que fazer para evitar as deturpações de finalidades, tão temidas pelos críticos do novo documento?

Aplicar a vontade sem indecisões. O Estado Brasileiro, enfim, conta com as ferramentas à disposição do Poder Legislativo, para fiscalizar as ações do Executivo, e do Poder Judiciário, para contestá-las.

Divulgado pelo Governo em dezembro

de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa já está sendo contestada, antes mesmo de concluídos os planos complementares para o início das ações pertinentes. Justifica-se, pois, a inquietação do General Paiva, porém não se deve esquecer que este é o primeiro documento e, como tal, passível de reajustes, pela aplicação simples do princípio da realimentação, de existência compulsória em qualquer tipo de planejamento.

Para que a END venha a ser bem sucedida, antes de tudo, é mister que os brasileiros que ocupem posições de liderança e de representatividade, em especial os membros no Congresso Nacional:

– conheçam a realidade nacional face ao mundo e também as ações estratégicas traçadas pelo MD, analisando as suas implicações;

– consultem os diversos segmentos da sociedade brasileira envolvidos direta ou indiretamente com o assunto, dando especial atenção ao assessoramento dos militares, já que sobre os seus ombros recairá a tarefa de aplicar os meios de força disponibilizados pelo Poder Político em situações de conflito. Se os meios não forem suficientes e atualizados, a quem responsabilizar, em caso de fracasso? Lembremo-nos da não tão distante guerra das Falklands/Malvinas;

– verifiquem a possibilidade de existirem ações baseadas em erros conceituais sobre o que venha a ser integração entre as Forças Armadas e as prováveis incoerências na ativação de estruturas duplicadas e desnecessárias face ao que já existe no Ministério da Defesa e nas Forças Singulares. Conceitos aplicáveis à Europa não são necessariamente válidos nas Américas, assim como não o são no Brasil aqueles utilizados pelos vizinhos, ou pelos Estados Unidos da América, já que variam as posições políticas, a História, os anseios populares e os recursos disponíveis;

– façam a distinção entre o bem comum e o interesse de grupos ou pessoas, desprezando os matizes ideológicos e

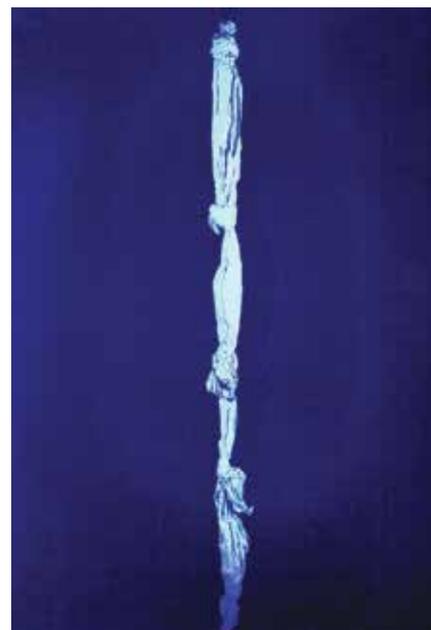
político-partidários, antes de chegarem à qualquer conclusão, já que a tradição brasileira, apesar do dispositivo da reeleição, é a de alternância no poder;

– proponham as correções que se fizerem necessárias à END, assumindo o compromisso de apoiarem-na, quando houver o consenso, e de tudo fazerem para torná-la realidade. Qualquer atitude em contrário representará descaso com a coisa pública;

– dêem crédito especial aos responsáveis pela Política de Defesa Nacional para implementarem-na, fiscalizando com rigor a execução das ações estratégicas aprovadas. Ontem, a responsabilidade pelos acertos e erros na defesa recaía diretamente sobre o Estado-Maior das Forças Armadas e sobre os Ministérios Militares; hoje, acertar e errar, nesta área, compete àqueles que lotam o Ministério da Defesa, não interessando a origem, ou a filiação partidária do titular da pasta;

– não abram mão de interferir, em qualquer momento ou circunstância, na forma da lei, se ocorrerem casuísmos de qualquer natureza, que venham a incentivar desvios na implantação ou na aplicação da END que sejam inadequados aos propósitos para os quais a estratégia foi concebida.

Tenacidade sem arroubos emotivos, encerrando, é a receita **n**



A importância política

Paulo Fernandes da Silva

Cel Av

As leituras do recente alerta aos oficiais-generais da ativa, divulgado pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro, no seu boletim informativo nº 1/2009; bem como da mensagem do Presidente do Clube de Aeronáutica e da agenda da Comissão Interclubes Militares, ambas publicadas no boletim Arauto nº 161, de jul./2009, levaram-me a recordar fatos ocorridos durante os governos militares, que até hoje alimentam rancores dos desafetos às Forças Armadas (FFAA).

O alerta do Dep. Bolsonaro – praticamente, o único político federal defensor das FFAA e do seu efetivo em tempo integral – refere-se à necessária mobilização política dos militares e seus dependentes. A sua recomendação visa instituir ampla representação das FFAA no Congresso Nacional, haja vista a perda de assento dos militares na mesa presidencial nas discussões dos temas de relevância nacional.

No mesmo timbre manifestou-se o Presidente do Clube de Aeronáutica, concitando os oficiais mais jovens a entenderem o papel político do nosso clube e a filiarem-se como sócios; e aos sócios mais antigos, embora remidos, que continuem a contribuir com o pagamento das mensalidades, para também ajudarem aos abnegados dirigentes do nosso respeitado clube a vencer todos os óbices para honrar os custos da entidade.

Talvez a alternativa para a adesão dos jovens oficiais, que por razões distintas não venham a frequentar as instalações do clube, seja o pagamento de mensalidade menor e uma carteirinha diferenciada de sócio.

Quanto à Comissão Interclubes Militares, ela também está empenhada em atender a seguinte agenda:

- Criar uma Bancada Militar no Congresso;
- Apoiar os parlamentares simpáticos às nossas causas;
- Trabalho de neutralizar as ações judiciais, que tentam anular as punições impostas pelos Comandantes, alegando inconstitucionalidade dos Regulamentos Militares;
- Reconsiderações acerca da promoção do ex-capitão Lamarca a oficial-general;
- Revisionismo dos livros didáticos que tentam mudar ou anular a participação das FFAA nos benefícios dos governos Militares.

Comentar o óbvio, na maioria das vezes, parece redundante, entretanto, excepcionalmente, faz-se necessário. Essa alusão refere-se às retaliações às Forças Armadas (FFAA), promovidas pelos desafetos dos governos militares, passados mais de vinte anos do término dos mesmos, sem que na maioria das vezes as críticas tenham sido adequadamente denegadas, mediante argumentações irretocáveis.

Como se não bastassem às acusa-

ções, explícitas e implícitas, provenientes dos adversários das FFAA muitos deles formadores de opiniões e alguns até com acento nos mais altos postos da República. Várias ações também contrárias aos bons interesses das FFAA continuam sendo orquestradas. Tamanho é o espírito de revanche, capitaneado pelo Sr. Tarso Genro – ministro da justiça e último ex-presidente do PT –, que os inimigos das FFAA vêm afrontando, ao arrepio da Lei, os pré-requisitos da Comissão de Promoções do Exército Brasileiro para, como já mencionado, promover o Lamarca ao posto de oficial-general.

Vale informar às gerações mais novas que esse ex-capitão aderiu ao movimento guerrilheiro contrário ao regime vigente, desertando do serviço ativo. No ato da deserção, ele traiu seus companheiros de arma, ao roubar do quartel em que servia um caminhão abarrotado de armamentos. Antes, porém, executou, covardemente, um tenente, seu companheiro de caserna.

Esses rivais parecem não se dar conta de que, sob o pretexto de atacar e denegrir as FFAA, no intuito de prejudicar seus integrantes, a rigor, estão atingindo e penalizando o melhor desempenho de instituições públicas – patrimônio da nação, e um dos pilares do poder – exatamente o seu braço armado.

Em realidade, a comunidade militar

Sede Social
do Clube de Aeronáutica

dos CLUBES MILITARES

tem conhecimento que esse ranço contra as FFAA decorre não propriamente da condução da nação pelos governos militares. E sim, do desfecho dos confrontos armados que ocorreram naquele período. Muitas versões, de ambas as partes, sobre aqueles episódios, já foram divulgadas e ainda continuarão sendo por muito tempo.

Ora, não há porque negar que as duas partes, durante os enfrentamentos, cometeram lamentáveis excessos. E não poderia deixar de ser diferente, em se tratando de guerra de guerrilha. Nessas ocasiões, os contendores usam de todas as armas e meios disponíveis para vencer seus adversários. Assim sempre foi e continuará sendo nas guerras.

Dentre os fatos mais relevantes, alusivos aos enfrentamentos armados, ocorridos durante os governos militares, dois merecem ser lembrados: O primeiro, anterior aos citados confrontos, refere-se ao êxito alcançado, logo na primeira hora, pela revolução promovida pelos movimentos sociais da direita. Aquelas ações foram imediatamente encampadas pelas FFAA e apoiadas pela parcela majoritariamente da sociedade. Em todas as partes do país a população foi às ruas saudar as FFAA, em repúdio à tentativa de se instalar no país o regime comunista; O segundo diz respeito à opção pelo enfrentamento armado, adotado por muitos dos adversários dos

governos militares, com a prática inicial da guerrilha urbana.

Naquele período vigorou a luta ferrenha pela supremacia ideológica defendida pelas partes litigiosas. Ambas sabiam dos elevados custos e riscos que estavam correndo na defesa e prevalência dos seus ideais.

Dentre as diversas modalidades de confrontos, talvez a maior e derradeira tenha sido a propalada Guerrilha do Araguaia. Lá, foram cometidos excessos? Sim! De ambas as partes. Ora, os guerrilheiros não escolheram aquela região para praticar atividades ecológicas, nem pescaria ou caça. Eles pretenderam obter o reconhecimento internacional, por alguns países simpáticos das suas causas, imaginando proclamar território livre e independente a região que se propuseram ocupar.

O desfecho dos combates armados é soberbamente conhecido e dispensa demais comentários. O ideal seria que essa página negra, como tantas outras, não constasse da história do Brasil. Na época, entre o ideal e o abismo social, prevaleceu a força dominante, respaldada pela vontade majoritária da nação.

Hoje, apesar de a nação estar vivendo um período de plena liberdade individual, antecedida da pretensão anistia ampla, geral e irrestrita, o ranço contra as FFAA, por parte de muitos desafortunados, ainda não arre-

feceu, em prejuízo da plena integração das FFAA à rotina democrática do país. Se bem que a democracia vigente esteja pautada pela prevalência de vultosa corrupção pública institucionalizada e sem precedentes no país. Fato paradoxalmente controverso aos ideários dos autênticos defensores das partes litigantes.

Por oportuno, ainda cabe lembrar que a condução do país, durante os governos militares, foi soberbamente compartilhada por imenso contingente de civis, em todos os níveis da administração pública, nas três esferas do poder. No entanto, todas as mazelas atribuídas àqueles governos continuam exclusivamente creditadas aos militares. Inclusive, após a sua vigência, os políticos que compartilharam das decisões de governo viraram as costas aos militares e jamais saíram em sua defesa.

Em realidade, os integrantes das FFAA, diferentemente das demais classes profissionais, não dispõem de sindicatos representativos, com força política para cuidar dos interesses específicos dos seus contingentes. Essa carência, na maioria das vezes, também dificulta o alcance dos objetivos – ora comuns, ora específicos, das três Forças. Da forma colocada, não há como não enxergarmos o papel político exclusivamente reservado aos nossos tradicionais clubes militares e a eles não aderirmos ativamente n



A Verdade

No início de agosto deste ano, estive no Rio de Janeiro e mais uma vez tive o prazer de hospedar-me no nosso Hotel do Clube de Aeronáutica. Por outro lado, tive o enorme desprazer de ler na imprensa carioca, artigo dizendo que os arquivos da revolução deveriam ser abertos e mostrados os nomes dos torturadores.

Oney Carlos Xavier
Ten Cel Int
oney.cx@bol.com.br

Quero dizer que estou de pleno acordo com esta atitude, desde que sejadito a nosso povo quem foram os seqüestradores, os estupradores, os assaltantes de banco e os assassinos frios que tantas vidas ceifaram, inclusive com atos de terrorismo ao explodirem bombas e matando inocentes.

Amim me parece que a Anistia (ampla geral e irrestrita), aliás muito mal elaborada e assinada pelo então Presidente João Baptista de Figueiredo, deve valer para ambos os lados. Ou não? Vamos esquecer tudo ou vamos reabrir feridas cicatrizadas?

Desde a assinatura da malfadada (para nós) Anistia, nós militares estamos fazendo o mea culpa.

Não está na hora de pararmos? Não está na hora de apresentar ao povo brasileiro os nomes dos verdadeiros culpados pelo endurecimento do regime Militar?

Devemos sim, dizer que os Caetanos, Gilbertos, Chicos, Vandrès e outros, insuflaram os jovens com suas músicas de protesto e os usaram como bucha de canhão para atingirem seus intentos. E
oitadinhos – se exilaram

em Paris e Londres, tomando vinho francês em bistrôs às margens do rio Sena e cerveja quente em pubs às margens do rio Tamisa. Mas não quiseram tomar vodka em estalagens às margens do rio Volga em Moscou.

Devemos dizer que todos esses que voltaram e que aí estão (sem nunca terem sido julgados pelos seus crimes) são os mesmos que nos condenam, sem julgamento, há 25 anos. Que esses coitadinhos que dominam o País estão recebendo indenizações vultosas dos cofres da Nação e pensões vitalícias aviltantes, sem incidência de Imposto de Renda. Esses coitadinhos estão sendo presenteados por terem lutado pela bandeira de outro país, diferentemente de nós que lutamos pela Bandeira do Brasil! Chega de omissão! Chega de mea culpa Chega de marasmo! Chega dessa farsa!

Não podemos simplesmente aceitar calados que um criminoso militar (desertor) seja endeusado e considerado herói nacional e seja promovido a general. Isto

é um tapa na nossa cara! Não podemos aceitar que bandidos nos comandem. Não podemos aceitar que a corja que aí está destrua nosso país (eles estão tentando). Se nada fizermos, conseguirão.

Nosso presidente é um dos beneficiados porque passou uma noite no DOPS em São Paulo. Se isso aconteceu, foi porque merecia. Afinal, naquela ocasião, ele empunhava a bandeira de outro país e não a nossa.

Aí vem a pergunta: e nós que passamos várias noites de prontidão, sem poder sair do quartel, sem poder dar notícia à família (na ocasião não existia telefonia celular e a fixa era insuficiente); será que não temos direito à indenização?

Por várias vezes, comentei com minha família que eu deveria ter passado para o outro lado, pois por defender a bandeira do meu País eu fui muito prejudicado por esses bandidos.

Corria o ano de 1970. Eu servia no Parque de Material Aeronáutico de São Paulo. Morávamos em um bairro próximo ao PAMA-SP. Tínhamos uma filha de um ano e minha esposa estava grávida do



Paul Cézanne,
Portrait de
Gustave Geffroy
1895/1896

deve ser dita

nosso segundo filho. Eu cursava o 4º ano de Administração de Empresas da USP.

Não sei por que cargas d'água. O Brig Osório (Diretor do PAMA-SP) resolveu me indicar para membro da SUCISAR-4. Apesar de ter apresentado motivos para não ir para aquele Órgão não houve sensibilidade por parte do Brig Osório e eu fui indicado.

No dia seguinte ao da publicação no Boletim Interno do PAMA-SP da minha designação, recebi um telefonema de um (bandido, subversivo, guerrilheiro, terrorista?) Houve o seguinte diálogo:

– Cap. Oney?

– Sim, quem fala?

– Não interessa. Apenas ouça. Você é membro da SUCISAR e nós vamos matar sua linda mulher e sua linda filhinha. Junto vai o filho que vocês estão esperando. Vai ser lindo para nós. De você, nós cuidaremos na USP. Disse qual era o meu endereço e desligou o telefone

Naquela noite, peguei minha esposa e minha filha e as levei para a casa dos meus pais, no Rio de Janeiro. Fui ao MAer, expus o problema, mas o máximo que consegui foi uma transferência para a Base Aérea

do Recife, mesmo assim, por interesse particular (como todos nós sabemos, sem direito a nada).

Voltando a São Paulo, tranquei a matrícula na Faculdade, faltando apenas 2 meses para o término do ano letivo. Providenciei a mudança por minha conta e fui para Recife. Um mês depois, minha esposa chegava naquela cidade no final do 7º mês de gravidez (12 dez 70). Nosso filho nasceu em Recife no dia 31 jan 71. Acredito ter mais direito à indenização que qualquer um desses que aí estão!

Nossa História mostra que todas as revoluções havidas no Brasil foram separatistas, mas todas são lembradas e homenageadas em suas respectivas datas. A única Revolução (31/mar/1964) feita para unir a Nação Brasileira foi ficando esquecida ao longo dos anos e hoje não é mais celebrada. E nós somos os culpados por isso. Simplesmente nos calam!

Os Clubes Naval, Militar e de Aeronáutica tem o dever de manter nossa memória e temporariamente unirem para publicar matérias pagas na nossa mídia, mostrando quem foi quem e o que foi cada um. Não

adianta apenas publicarem artigos nas nossas Revistas, pois estas alcançam apenas um público restrito (nós). E nós sabemos quem fomos e quem somos. Sabemos ainda quem somos e o que somos.

Não podemos aceitar, acovardados, a desonra da Caserna. Ainda há tempo. Se for preciso morrer, morramos de pé, como homens! Não podemos deixar que restem as nossas Forças Armadas apenas a Covardia e a Desonra!

Terminei usando as palavras do grande estadista brasileiro, Ruy Barbosa:

– De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Estas palavras vão reforçadas pelas do líder negro americano, Martin Luther King:

– O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons n

Nossas primeiras palavras, nesta tarde, não serão para os que aqui estão confraternizando com nossa alegria.

Omomento é marcado com saudade e partidas dos íntimos de nossos corações.

Pedimos-lhe, para dirigi-las aos que aqui se representam, em forma de lembranças, e que, hoje, são apenas marcas do tempo, repousando no silêncio da eternidade.

Pedimos ao Criador, que os recebeu que os faça cientes desta nossa recordação, resignados que estamos pelas suas ausências materiais, mas dando-lhes e reconhecendo-lhes o direito às suas presenças espirituais nesta hora, porque, mesmo infinita como é a distância para a eternidade, não é suficiente para criar o afastamento, principalmente quando as marcas que ficaram encontram um momento como este para reverência. Reverência que fazemos em uma pausa de silêncio, certos de que – como disse o poeta – “o tempo é audível, pode-se ouvir a eternidade”.

Muitas vezes amamos as instituições como se fossem pessoas, como o amor que tenho pelo nosso glorioso 1º Grupo de Aviação de Caça.

Achamos, nisso, tamanha vivência emocional que o tempo, por mais que passe, apenas reforça os vínculos do coração e do espírito com que nos unimos à entidade e coisas, como se fossem uma família. Como se fizessem parte de nós mesmos.

O amor à história e aos seus passados, que ela inclui, alimenta o espírito, é claro, e ensina. Ensina, sobretudo, a relativizar os juízos e a entender o humano em sua variabilidade.

A história não é apenas a posição dos fatos, nos momentos em que esses fatos se anunciaram, mas a alma das coisas. É um mistério do ser humano.

Ela (a História) não é passado, não é tampouco o futuro, nem o progresso.

Ela é o presente eterno. É o crescimento de dentro para fora, o

enriquecimento do conteúdo espiritual. Na História convive o passado com o futuro, engendrado num presente eterno.

Porque a História é o espírito e o espírito é a criação.

O tempo. O tempo funciona como registro dos fatos. Mas, não bastam os fatos. Impõe-se interpretá-los, senti-los e revivê-los.

Toda obra de História é uma meditação sobre o tempo.

Por isso é necessário dar tempo ao tempo. Deixar que os anos passem. Que os séculos desfilem diante dos nossos olhos.

É preciso ouvir as ressonâncias interiores. Os ecos misteriosos do tempo e trazer esse tempo para o nosso próprio tempo.

Um século ou meio século é bastante para uma perspectiva Histórica. Nessa perspectiva não está, apenas, uma História que passou, mas uma vida que ainda está passando e não deixa de passar. “Maravall, salienta que há um interesse cada vez maior pelos livros de História. O que significa isso? Significa que a lição dos fatos – os fatos Históricos e Sociológicos – está dando ao homem moderno a necessidade de se reconhecer em todos os homens que lutaram pela afirmação do humano e pela liberdade. Nisso consiste, verdadeiramente, a sabedoria da História, isto é, a sua essência temporal na continuidade da vida humana”.

A tradição é o valor intelectual que fixa, que retifica, a cada passo, a evolução social, evitando que se percam de vista o passado, as origens espirituais, os pontos de partida mais distantes.

Miguel Reale lembra, com toda razão: “O passado quando por nós considerado, não é imóvel pelo simples fato de ser passado”. Muda-se a posição do observador no tempo, e eis que uma luz nova se projeta sobre os fatos, revelando aspectos escondidos, detalhes impressionantes.

Hoje, quando tantos esqueceram que um dia o mundo esteve ameaçado pelo totalitarismo;

Que, um dia, povos de crença ideoló-

gica, história e tradição diferentes lutaram, lado a lado, na defesa e preservação da própria humanidade;

Que um dia foi preciso sacrificar gerações inteiras, para salvar valores sociais e essenciais do homem;

Hoje, quando tantos nem sequer viveram aqueles momentos difíceis, esta obra, este livro emerge do passado, trazendo a mensagem dos que acreditaram na liberdade dos povos como um bem imutável e eterno.

É lamentável que a vertigem do tempo, e sua voracidade em apagar as lembranças do passado, não permitam manter, com a mesma intensidade, a expressão real, no contexto da nacionalidade, de fatos e feitos pretéritos, que a própria sobrevivência da identidade nacional exige que não se apaguem da memória do povo. Urge não reduzir e ferir a dimensão de acontecimentos históricos, imprescindíveis à conservação da fidelidade da Nação às raízes, aos valores que alimentaram e fizeram sua grandeza.

Mas, meus senhores, meus amigos feito estes esclarecimentos, só me resta repetir com o poeta Ascenso Ferreira, meu parente (O Gaúcho).

Riscando os cavalos,
Tinindo as esporas,
Através das cochilhas,
Saí de meus pagos em louca
arrancada,
Para que?
Para nada. (O Pernambucano
e o gaúcho a pé)
Jamais diríamos isto.

Diríamos, sim: saímos dos nossos pagos em defesa da liberdade, da honra nacional, da preservação da democracia, atendendo a um chamado da Pátria.

Temos a consciência do dever cumprido e de que o nosso gesto não foi em vão. Convictos de que:

Se o passado conta a nossa História,
O presente reforça a nossa fé,
O futuro exaltará a nossa glória n



Lembranças de um veterano do 1º Grupo de Caça

Gilberto Affonso Ferreira Paiva
Cap Av

Os mitos fabricados.

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
consult-aero@veloxmail.com.br

Desde meu tempo de menino-aviador (e pôe tempo nisso), fui moldado para reverenciar nossos heróis, nossos mitos, como todos os temos, principalmente na carreira das armas.

Para as Forças de Superfícies, participantes dos grandes eventos da História da Pátria e, principalmente, por estarem presentes (ou até mesmo intervindo, por força da data de sua gênese e que corresponde à da própria Nação), fácil tornou-se apontar figuras de extrema majestade e/ou motrizes de passagens épicas, devidamente registradas em nossos anais cívicos e que, por certo, mesclaram-se com a vivência da própria Nação Brasileira. Com isso, seus heróis e mitos fazem parte do relicário nacional.

Nós, os aviadores, recém-nascidos e oriundos de uma cirurgia aplicada às estruturas das Forças de Superfície, não tínhamos nossos heróis nem nossos mitos. À minha época, apenas Santos Dumont...

Nossa existência (?) ainda era incipiente para que surgissem êmulos capazes de serem timbrados como HERÓIS da AVIAÇÃO MILITAR BRASILEIRA. Haviam apenas os destemidos PIONEIROS...

Eis que, senão quando, como que surgindo do “nada” (que era o então, Força Aérea Nacional), estrutura-se no seio da híbrida e tímida “AREONÁUTICA” (como diziam alguns antigões), uma Unidade destinada a cumprir uma missão que, para a grande maioria (senão totalidade) era algo totalmente dispensável ou, até mesmo, sem prioridade: ir à Guerra e voar o bom combate, “gastar” combustível e munição, que verdadeiramente, nem existia nos nossos paíóis...

Até, então, o grande gáudio dos Avia-dores era “prestar serviços”: ombrear com as obras sociais, de integração territorial, de pioneirismo, de desbravamento, de união dos extremos. Tinha-se até a sensação que, para o exercício de tal atividade, estar fardado nem era necessário...

Como a busca de êmulos pertence à natureza humana, “fabricamos” nossos mitos sob o portal dos “bons serviços prestados”: e, como era de se esperar, o “fabricamos” bem... e muitos Nossas páginas da História locupletaram-se de imagens humanas, excelsas em “doações” nos serviços de educação, de humanismo, de participação comunitária, bem-fazejos na ciência e na tecnologia, integradores sociais, e por aí vai... Heróis fardados, ainda por vir... já que nada ainda justificava.

Mais uma vez, e eis senão quando, despachamos (o nome é esse) uma Unidade Aérea completa (que ninguém nem sabia o que era ou como era) para a frente de combate que, no imaginário nacional e interno só surgia nas manchetes da mídia ou nas mensagens dos locutores de rádio. Não havia a televisão e os filmes vinham de



“Antes desses aviadores – pilotos do 1º Grupo de Aviação de Caça – não tínhamos nossos heróis e nossos mitos”

E os nossos heróis?

Hollywood eram musicais. Era Segunda Guerra Mundial...

Nossa Unidade de Combate (a despeito do “nariz torcido” da “Aeronáutica”) engalanou-se, projetou-se, firmou-se, laureou-se. Não por ação da Nação Brasileira, é necessário que se tenha a coragem de dizer, mas sim, pelo reconhecimento dos outros combatentes que ombream com nossos homens, agora fardados, para atirar-se à faina (por todos brasileiros desconhecida) de lutar por uma causa e em nome da Pátria, nem que isso lhes custasse a própria vida.

Foram além mar, cumpriram missões e retornaram. Trouxeram seus macacões e retornaram. Trouxeram seus macacões e retornaram. Trouxeram seus macacões e retornaram.

vários pelo caminho da luta em prol de um chamamento que lhes foi proposto: HERÓIS de GUERRA! Que ainda não os tínhamos...

Retornaram poucos de poucos. A Nação lhes redeu as homenagens, como HERÓIS que eram, noblesse oblige. A Aeronáutica, nesse episódio, quase silente, acompanhou. A esses homens foi lhes dado uma guarida, quase segregada, e ELES, ainda cheirando pólvora de seus canhões, inferiram missão e dedicaram-se à sua verdadeira Guerra: profissionalizar a FORÇA AÉREA NACIONAL; agora já entendida como Força Aérea Brasileira. E o fizeram, principalmente pelo exemplo para as novas gerações.

Passaram-se mais de sessenta anos e – cáspite! – a galeria de nossos HERÓIS ainda continua guarnecida por nomes e homens que dedicaram suas carreiras e suas vidas à “prestação de serviços” de interesse sócio-econômico – cultural – técnico – científico – educacional – de integração – de desbravamento – de colaboração, de atendimento de interesses político-partidários, etc, etc.

E os nossos HERÓIS de GUERRA?

Os nossos Heróis de Guerra ornaram somente as galerias de honra nas paredes das Unidades de Caça: não temos um “Panteão dos Heróis da Força Aérea e Heróis da Aviação Militar”. Nossos Soldados sentam praça sem sequer saber que homens que vestiam sua mesma farda sangravam nas lides de combate do Teatro de Guerra Europeu. Nossos Cadetes não encontram um relicário de honra para abater seus espadins em homenagem àqueles que, em doando sua própria vida, transformaram a alma de nossa Organização (mais civilista) n’uma alma de guerreiros.

Cabe uma questão para refletir (e tentar responder): NOSSOS HERÓIS de GUERRA o são da Força Aérea, da Nação Brasileira ou só os são da AVIAÇÃO de CAÇA BRASILEIRA?

Antes de responder, é imperioso pausar o raciocínio que a CAÇA é um ESTADO de ESPÍRITO!

E quem encontra abrigo nos corações de todo e qualquer Soldado-do-Ar... n





1959: a FAB em Cuba, Fotografias e Perfume de Gardênia

Paulo Raimundo Pereira Santos
Jornalista e integrante do Grupo
de Estudos do CAER
paulo.pereirasantos@hotmail.com

A cosmologia newtoniana permaneceu intacta por dois séculos, até 29 de maio de 1919, o dia em que foi fotografado um eclipse solar a partir da Ilha de Príncipe, na costa africana, e em Sobral, no Ceará, no Brasil. Naquele dia confirmou-se a veracidade de uma nova teoria do universo, a partir da qual foi possível pensar em avançar no tempo e realizar uma viagem para o futuro, sob a condição de que o tempo se dilatasse e se atingisse a velocidade próxima a da luz. Esta possibilidade, comprovada teoricamente, deve-se ao trabalho de Albert Einstein, então com 26 anos, apresentado em 1905, denominado Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento ou a Teoria da Relatividade Restrita, conhecido como a Teoria da Relatividade.

As observações de Einstein sobre como, em certas circunstâncias, distâncias parecem contrair e relógios atrasar são análogas ao efeito de perspectiva na pintura. A descoberta de que o espaço e o tempo são relativos, em vez de serem termos absolutos de medida, é comparável, no seu efeito da nossa percepção de mundo, ao primeiro uso da perspectiva na arte, ocorrido na Grécia, nas décadas de 500-480 AC.

A fotografia elevada à categoria de arte, que proporciona ao observador a ilusão do congelamento do tempo e a retenção do instante do acontecimento, proporcionou que a volta ao passado e o

domínio do tempo, passassem ao domínio científico. Um simples olhar à cena e nos objetos retratados ativa a imaginação e mecanismos mentais. Sucessivos pensamentos se articulam, harmonizando-se um sentido histórico a partir das informações de suas imagens, se movimentando na memória como num filme. Assim, a observação de uma fotografia pode parecer uma viagem ao passado.

Setembro de 1959. Enquanto O Mundo Gira e a Luzitana Roda, o Beechcraft C-45 FAB 2888, tripulado pelo 1º Ten Av/RC (Reserva Convocada) Antônio GUERRA NETO e o 1º Sgtº Mecânico Lourival Pinto SARAIVA, decola de Recife para Miami (O FAB 2888 servia ao 26º Batalhão de Engenharia do Exército, sediado em João Pessoa). Missão longa com várias etapas de voo. A passagem da tripulação da Força Aérea Brasileira (FAB) em Havana ficou registrada em fotografias, cujas imagens observadas hoje, passados cinquenta anos, provoca um estranhamento, um espanto filosófico. Entre as pessoas retratadas, encontra-se a figura do líder revolucionário Fidel Ruiz Castro. Com o passar do tempo essas fotografias agregaram um valor histórico, muito além da mera curiosidade.

Uma filosofia da fotografia faz falta, como observa Vilém Flusser (1920 – 1991), filósofo, tcheco de nascimento e naturalizado brasileiro em 1950 (pronuncia-se ‘fluss’, que significa rio, em alemão), que também afirmou: não resta dúvida que

a fotografia é a filosofia de nosso tempo. Flusser trata a câmera fotográfica como modelo de conhecimento. Dessa interpretação, o pensador conclui a falta de objetividade como inerente a toda tentativa de reprodução, a toda compreensão humana (ou não) e a fotografia surge como uma paráfrase metodológica do conhecimento, da epistemologia (Flusser, V., Encontro Fotográfico, Arles, França; Le nouveau Photocinema, n.39: 21-26, out. 1975, no artigo Art, Photographie et Philosophie).

Historicamente, as diferentes ideologias sempre utilizaram a fotografia como um poderoso instrumento para veicular propaganda política e religiosa, influenciar e até manipular a opinião pública, particularmente, a partir do momento em que surgiram novas tecnologias possibilitando a multiplicação ao infinito de imagens, através das mídias. As figuras mais reproduzidas no ocidente são as imagens (imaginadas) de Jesus Cristo e a fotografia Guerrilheiro Heróico, de Alberto Korda, retratando Ernesto Che Guevara, em 1960. Guevara, atualmente, ainda impressiona a juventude universitária, influenciada por professores tardiamente, marxistas.

Em 21 de maio de 1959, o jornal O Globo, publicou a seguinte notícia: Rafael Garcia Bárcena, filósofo e poeta, chefe da representação de Cuba, recém chegado ao Brasil, declara que 'no início da Revolução, as nossas relações (do governo cubano) com os Estados Unidos esfriaram, mas com o êxito da viagem de Fidel Castro (aos Estados Unidos), está mais uma vez provado que o destino de Cuba é ocidental e americano'.

Em setembro de 1959, quando o C-45 FAB 2888 acusou no solo de Havana, Fidel Castro ainda não se convertera ao comunismo. Só no ano seguinte, após uma tentativa de aproximação, sem sucesso, com os Estados Unidos, foi que o governo revolucionário optou pelo socialismo centralizado de Estado. O povo cubano vivia então, entusiasmado e esperançoso por um futuro melhor, após ter vivido 46 anos de ditadura e de um governo corrupto do ditador e

ex-sargento Fulgêncio Batista, que fugiu com milhões de dólares para a República Dominicana no Réveillon de 1958 para 1959. As consequências da opção de Castro pelo socialismo marxista-leninista, ainda perduram meio século depois: uma população pobre e sem liberdade política, dominada por outra ditadura, a do partido único, o Partido Comunista.

O mundo vivia a chamada Guerra Fria. O Brasil experimentava um prolongado período democrático e não parava de crescer. Ao contrário de Cuba, o nosso país deixava de ser agrícola e se urbanizava rapidamente. O futuro chegaria em cinco anos ao invés de cinquenta, prometia Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), o presidente Bossa Nova. A economia brasileira abria-se ao capital estrangeiro, incentivando o consumo através de uma generosa política de crédito. O Plano de Metas de JK garantia quase a duplicação da produção da indústria. A consequência foi o crescimento exponencial da inflação.

Em 1959, o Ministro da Aeronáutica era o Maj. Brig. Ar Francisco de Assis Correia de Melo e Alberto Santos-Dumont foi considerado o Pai da Aviação, através da Lei 3636, de 22 de setembro, no posto honorífico de Marechal-do-Ar. No cinema, os filmes de Hollywood eram em cinema scope: A Balada do Soldado, Bem-Hur, Imitação da Vida, O Diário de Anne Frank, Os Últimos dias de Pompéia e as Chanchadas nacionais. Antes das sessões,

os cines-jornal mostravam um país feliz, ainda marcado pela conquista da Copa do Mundo, em 58, na Suécia, com a imagem de um DC-7 da PANAIR sobrevoando a baía de Guanabara, escoltado por uma esquadilha de jatos Gloster da FAB. Ao fundo, a marchinha carnavalesca A Copa do Mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa...êta esquadraão de ouro, exaltando os campeões de 58. Eram Tempos de Gloster, o vetor da aviação de caça que dominava as aerovias superiores: acima de 30 mil pés quem comanda é o Meteor! A Força Aérea Brasileira (FAB) operava dezenas de aeronaves: Douglas C-47; Catalina (CA-10); B-25; B-26; B-17; C-54; C-82; Viscount Presidencial (o "Cafona"); os caças à jato, Gloster F8 e F-7, F-80 e T-33; o heróico Thuderbolt P-47 do Esquadraão Senta Pua; o treinador NA T-6 e o Beech C-45.

A década de cinquenta caracterizou-se pela instabilidade política no Brasil e pela acentuada presença dos militares na vida política, que refletia-se nas Forças Armadas, onde grupos antagônicos também disputavam o poder. A efervescência político-ideológica agitava a sociedade. Os partidos políticos eram a União Democrática Nacional (UDN, oposição), o Partido Social Democrata (PSD, situação) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, herança varguista apropriada pelas esquerdas). Os militares ainda viviam marcados pelos episódios do atentado da Tonelero, o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, a

Na sequência,
da esquerda para a direita:

O 1º Sgt QAv Lourival Pinto
Saraiva e o 1º Ten Av/RC
Antônio Guerra Neto
com Fidel Castro
(em destaque)
e outros cubanos

No aeroporto de Havana,
o 1º Sgtº Qav/FAB Saraiva
com os cubanos

Cubanos e o C-45 FAB 2888,
cuja deriva ostenta
o símbolo da Engenharia
do Exército Brasileiro

Fotos: arquivo familiar do
Cel Int Lourival Castro SARAIVA



novembrada (o putch) do Marechal Lott em 11 de novembro de 1955, o Manifesto dos Brigadeiros, além das Revoltas de Jacareacanga e Aragarças, lideradas pelo Maj-Av. Haroldo Veloso.

Na Escola Superior de Guerra, o coronel do Exército (engenheiro combatente) Augusto Fragoso pronunciou em maio de 1959, a palestra Introdução ao estudo da guerra revolucionária (Biblioteca ESG – C-85-59 / 601), num contexto em que as idéias ali apresentadas teriam repercussão e desdobramentos no ideário da Revolução de 31 de março de 1964. Fragoso baseava-se na doutrina da guerre révolutionnaire dos militares franceses, que antes mesmo da Revolução Cubana – devido à experiência adquirida no Viet-nam –, já estudavam a Guerra Revolucionária. Um de seus teóricos, o comandante Hogard afirma no manual de sua autoria, que é tempo de perceber que a ideologia democrática tornou-se impotente no mundo atual. O pensamento militar francês trazia subjacente um projeto de intervenção militar na sociedade. Um dos pressupostos de sua doutrina era a idéia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Este pensamento entraria, portanto, como doutrina no campo das relações civis-militares. Fragoso, em 1960, ainda faria outra palestra, A guerra Revolucio-

nária (Biblioteca ESG – C-55-60 / C2-04-60/601.1), aprofundando e detalhando a anterior. Estas mesmas idéias já haviam sido expostas na Escola de Guerra da Argentina, em 1957.

Vinte anos passados da queda do Muro da Vergonha em Berlim, o fracassado paraíso socialista cubano ensaia o último bolero. Trocou o apoio da falida União Soviética pelo caricato Estado venezuelano do totalitário e bufão Hugo Chávez, arremedo de Fidel Castro. Cuba sobrevive quase em colapso econômico, ancorada na imagem e na idolatria de seu ditador, gravemente enfermo, que consegue manter-se no poder à custa da ignorância e da miséria dos governados, do culto à personalidade e da mentira oficial. Mas não consegue esconder de sua população o que existe no mundo além de suas fronteiras, como as nações de livre comércio. Até o acesso à internet é dificultado pelo Estado, bloqueando e censurando os blogs sistematicamente, para impedir a divulgação de críticas ao seu gobierno.

As fotografias dos militares da FAB no aeroporto de Havana, nove meses após a vitória da Revolução Cubana, retratam um momento histórico do que poderia ter sido e que não foi e não aconteceu. Cuba não optou pelo liberalismo democrático. A riqueza e o bem-estar que a liberdade econômica proporciona são as sementes da liberdade democrática que os cubanos

perderam para sempre, embora conquistada brevemente, pelos jovens barbudos de Sierra Maestra ao derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista.

Hugh Trevor-Roper, professor de História Moderna da Universidade de Oxford escreveu que a história não é simplesmente o que aconteceu, é o que aconteceu no contexto do que poderia ter acontecido. Assim, deve incorporar como elemento necessário, as alternativas, o eventual.

O piloto que voasse acima das camadas de nuvens, nos ares gelados daquele ano comum, com a visão panorâmica incomum dos aviadores, sintonizando a frequência de alguma emissora de rádio, ouviria em meio ao ruído da estática nos fones, ritmos caribenhos como os boleros La Barca (Lucho Gatica) e Angústia, além dos sucessos brasileiros de Agostinho dos Santos em A Felicidade, Sylvia Teles cantando Dindi, Jamelão em Ela disse-me assim e Dolores Duran em A Noite do Meu Bem e Fim de Caso. Dolores que na madrugada de 23 de outubro de 59, depois de seu show na boate Little Club foi para uma festa no Clube de Aeronáutica e ao voltar para casa pediu para não ser acordada e nunca mais acordou. O ano de 1959 ficou registrado nas tais fotografias da escala do C-45 FAB 2888 em Havana e marcado inesquecivelmente, pela voz do cubano Bienvenido Granda cantando o sucesso Perfume de Gardênia, perfume del amor n





UMA DECOLAGEM DIFERENTE

Ten Brig Ar Sérgio Pedro Bambini

Uma tela, em minha casa, pintada pelo genial e anônimo artista plástico de nossa Força Aérea, SO R1 José Alvarenga, especialista em pinturas fotográficas e em maquetes perfeitas, feitas em madeira, absolutamente fiéis às aeronaves originais, teima em lembrar-me de uma aventura vivida quando eu era o Oficial de Operações do glorioso Esquadrão Pantera, o 5º Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque – 5º EMRA –, hoje 5º/8º GAv., sediado na Base Aérea de Santa Maria.

Vivíamos o ano de 1977, empenhadíssimos em colocar o Esquadrão dentro das normas emitidas pelo Estado-Maior da Aeronáutica, sob a chefia do Ten.-Brig. Deoclécio que, desde o ano anterior, esforçava-se para tornar a nossa Força mais operacional e mais móvel. O Brig. Deoclécio criaria o novo Manual de Mobilidade da Força Aérea, com inúmeros anexos, introduzindo e normatizando as diversas Unidades Celulares, estruturas nas quais se baseava todo o esquema logístico de mobilidade das Unidades Aéreas.

Cada uma, com seu ativo Oficial de Mobilidade, fazia seus preparativos para atender a um pronto deslocamento.

Nosso Esquadrão, sob o comando do Ten.-Cel.-Av. Célio Brasil Carmo, estava pronto. Sempre pronto. As barracas, os geradores, as caixas nas medidas corretas, o armamento, o suprimento e, sobretudo, as aeronaves e suas tripulações. Tudo checado. As equipes treinadas dentro da filosofia reinante.

Tínhamos sofrido um duro golpe no ano anterior, 1976, quando perdêramos a dotação de AT-26 Xavante, como aeronaves orgânicas. Recebêramos, então, aeronaves T-25A Universal, armadas, nas vésperas da grande Manobra Real (MR) de 1976 – MR-76. Foi uma verdadeira loucura. Preparar check-lists, reciclar os pilotos, fazer treinamento de estande, adequar material de deslocamento, treinar os mecânicos e os armamentos e, ainda, obra de arte do, então, 2S Alvarenga, criar uma pintura de camuflagem para os T-25A. O 5º EMRA fez bonito na MR-76 quando esteve baseado em Januária – MG e, posteriormente, em Formosa – GO. AMR-76 foi considerada um marco na retomada de nossa Aeronáutica visando ao emprego operacional de suas Unidades Aéreas.

Assim, em 1977, nos preparávamos com mais uma experiência e com mais tranquilidade. Nossa sede seria a cidade de Lins – SP. Nosso deslocamento estava marcado para o dia 02 de outubro.

Tudo ia muito bem quando, no dia 26 de setembro, o 2º Ten Av RC (Reserva Convocado) Risso, pilotando o T-25A 1935, cumprindo missão prevista no Plano de Missões

Conjuntas, tendo como Observador Aéreo o Cap Roberto, hoje Gen Bda R1, devido a problemas técnicos, fez um pouso sem trem, numa lavoura de arroz.

A notícia caiu, sobre nós, como uma bomba.

A lavoura ficava no interior do município de Itaqui-RS, às margens do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina.

O Chefe da Manutenção sugeriu desmontarmos a aeronave e levá-la para Itaqui onde a recuperariamos. Isso levaria mais tempo do que dispúnhamos. O Comandante não estava na sede e, então, decidi que decolaríamos cedo, no dia seguinte, com um UH-1D, transportando uma equipe e um motor retirado, completo, de uma aeronave disponível. Possuíamos duas aeronaves destinadas ao voo por instrumentos. Trocariamos o motor e eu decolaria do local e iria para Santa Maria onde faríamos os reparos estruturais.

Na manhã do dia 27 de setembro, decolamos com o UH-1D 8540. Levávamos a equipe, macacos, ferramentas, equipamentos e o motor do T-25 1943. Meu companheiro de pilotagem era o Cap Av Serpa. O metralhador era o 2S Alvarenga.

Na Sala de Tráfego, fomos informados que uma frente fria estava entrando do Sudoeste. O vento Norte já se fazia presente.

Como as coisas nunca são fáceis quando temos pressa, o helicóptero, no meio do caminho, apresentou pane do sistema hidráulico. Fizemos o procedimento previsto e pousamos em uma fazenda onde foi feito o conserto pelo especialista em sistemas hidráulicos que compunha a equipe da troca do motor. Somente por volta das 12h30, chegamos ao local do acidente. Lá estava o T-25 no meio da lavoura. Uma barraca abrigava os soldados do Exército, que guardavam o avião acidentado.

Ainda do ar, vi que a decolagem não seria fácil.

Ao pousar constatei que a situação era, ainda, pior.

Da lavoura seria impossível decolar. O terreno era irregular, fofo e molhado. Teríamos que usar a taipa.

Uma lavoura de arroz é constituída de quadriláteros que são alagados para o plantio da gramínea. As laterais da área são compostas por canais que conduzem a água para inundar a lavoura e por faixas de terra que separam um quadrilátero do outro e servem para represar a água, bem como, para o deslocamento das máquinas para o manejo da lavoura. Essas faixas de terra são conhecidas por taipas. Uma taipa tem a largura, aproximada, de dois metros, às vezes dois metros e meio e o comprimento de, cerca, de 150

metros. No final, encontra, transversalmente, um dos canais e, sobre ele, é construída uma passagem tipo “mata burro”.

No caso, a taipa tinha dois metros de largura por cerca de 160 metros de comprimento. Estava a uns 35 centímetros acima do nível da lavoura. O alinhamento era Leste/Oeste e o vento soprava do Norte com intensidade acima de 10 nós, subindo.

Em menos de três horas de trabalho, o pessoal da manutenção suspendeu a aeronave, liberou o trem de pouso, trocou as pestanas e substituiu o motor e a hélice. Foi dada a partida e checado o motor. Estava bom.

Empurramos o T-25 para a taipa. Subimos o degrau e o alinhamos. A decolagem seria no rumo Oeste.

Despedi-me de todos, amarrei-me e dei a partida. Fiz, cuidadosamente, todos os cheques. Precisaria, muito, dos flapes. Estavam funcionando perfeitamente. Por sinais, avisei que decolaria. O vento de través direito estava forte.

Como havia planejado, preparei-me para uma decolagem presa. Baixei 1/3 dos flapes, pressionei os freios e levei a manete dos gases à frente. O avião começou a vibrar e, antes que soltasse os freios, senti a asa esquerda abaixando, ou seja, a aeronave estava escorregando, da taipa para a lavoura, com risco de a hélice tocar o solo. Reduzi o motor e trouxe, novamente, o avião para a taipa. Decidi fazer uma decolagem normal.

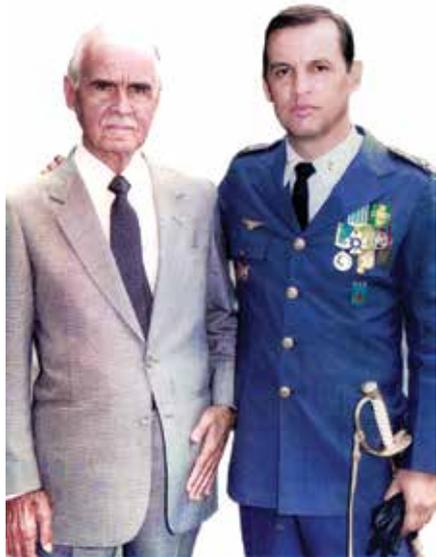
Pedi para se afastarem, resignei-me e ataquei o motor vagarosamente. Jamais, em minha carreira de aviador, antes e depois, mantive uma reta com tanta precisão. À medida que a aeronave ganhava sustentação, o vento atuava querendo empurrar-me para a esquerda. A briga foi intensa durante, apenas, alguns segundos. Longos segundos! Antes de encontrar o canal e seu “mata burros”, já estava no ar recolhendo o trem de pouso. Subi um pouco, recolhi o flape, subi mais um pouco e, mantendo o motor a pleno, fiz uma ampla curva descendente retornando para o ponto de decolagem sobre o qual fiz um tounneaux lento em homenagem àquela magnífica equipe de manutenção do 5º EMRA.

Após uma hora e cinco minutos de voo, pousei em Santa Maria.

No dia 2 de outubro o T-25A 1935, decolou com as demais aeronaves do Esquadrão com destino a Lins-SP onde o Esquadrão Pantera mostraria, novamente, a capacidade operacional de uma Unidade Aérea testada em combate.

Dias depois, o 2S Alvarenga presenteou-me com duas fotos e a tela que retratam essa decolagem n

O Brig Ar Jacyntho P. de Moura e o seu filho, Cel Av Francisco Augusto Pinto de Moura, ex-comandante do 1º Grupo de Aviação Embarcada (1º GAE), no Dia do Marinheiro de 1985



No Navio – Aeródromo Minas Gerais estava tudo preparado para a solenidade. Fundeada na Baía de Guanabara o navio resplandecia abençoado por uma magnífica manhã. Como parte da programação haveria entrega de medalhas. Dentre os agraciados estava o Cel Av Francisco Augusto Pinto de Moura (Chico), ex-Comandante do 1º Grupo de Aviação Embarcada. Ao lado dele, debilitado, estava seu pai, o Brigadeiro Jacyntho Pinto de Moura, já há muito reformado.

Lembrei-me do dia em que, cursando o 2º ano da EPCAr (Barbacena-MG), fui com mais alguns colegas, convidado para almoçar e passar uma tarde de sábado em sua casa, próximo à Escola.

Ele havia há pouco, regressado dos EUA e era nosso novo Comandante. O Chico entrou para a nossa turma (BQ-1954) onde foi recebido sem essa de filho do Comandante.

Levou trote como outro qualquer, mas passadas algumas semanas já havia conquistado muitas amizades. Naquele sábado, aquele que me referi, nos divertíamos com jogos e vendo as fotos e outras coisas trazidas da América quando sua mãe, com carinho, anunciou o almoço e eu, por ser o mais antigo, sentei-me ao lado do anfitrião. À minha frente, vários e vários talheres.

Aflito, quis saber com os quais começaria, mas para meu desespero, o Ávila, que entendia de tudo e até sabia dançar tango, pegou o garfo errado. O Coronel, percebendo meu embaraço, puxou conversa sobre a Aviação na Segunda Guerra Mundial.

Pinto de Moura, procedente da Aviação Naval extinta em 1941, havia participado da FAB numa importante

operação aeroterrestre, no teatro europeu, com os americanos, numa época em que a Brigada de Paraquedistas ainda existia em nosso país. Seus relatos me impressionaram e ficaram para sempre em minha memória.

Passei para a Marinha em 1958. Dez anos depois ao embarcar no NAE Minas Gerais como, piloto do 1º Esquadrão de Helicópteros Antisubmarino (HS-1), voltei a conviver com alguns dos antigos colegas de Barbacena, dentre eles o Chico, o Sobreira, o Arye e o Sawczuk. Em 1980, o destino nos uniu mais uma vez, visto que no meu primeiro ano de comando do HS-1 o Chico já comandava o 1º GAE. Assim, naquela manhã em que os avistei no cais foi dupla a minha alegria, além de um colega de turma, avistei o meu antigo Comandante. Embarcados no Aviso, o Chico, que teria que formar no convés de vôo para ser condecorado, pediu-me que assistisse o velho Brigadeiro.

À medida que galgávamos os degraus da escada do portaló, aquele veterano da antiga Aviação Naval observava detalhadamente o nosso Mingão, Capitânia da Esquadra que, malgrado também sua avançada idade, apresentava-se como sempre impecável.

Para protegê-lo do impiedoso sol no convoo e daquele ventoso cenário conduzi, o Brigadeiro cordialmente e sem pressa por mais três lances de escada até o convés da torre de controle, de onde poderíamos acompanhar o ato confortavelmente.

Certamente seria muito esperar que ele se recordasse daquele almoço há 30 anos.

De onde estava, o Brigadeiro prosseguiu em sua informal inspeção e então admitiu:

– Gatti, a aquisição deste navio foi um assunto polêmico, mas reconheço que aqui tem sido feito um excelente trabalho.

Neste instante o som da marcha batida anunciava a chegada da autoridade que presidiu a cerimônia.

Após a leitura da Ordem-do-Dia, a Marinha reconheceu a valorosa contribuição de seu filho distinguindo-o com uma de suas mais altas comendas.

O Brigadeiro estava emocionado e, por oportuno, contei-lhe um simples fato que no entanto, denotava o insigne caráter do seu filho: anos antes, a bordo do Nae, havíamos subido ao solário do Comandante do Navio para nos despedirmos naquela que seria a última saída do navio para katrapo(*).

Estava já próximo o por-do-sol e os aviões estavam sendo espotados para o lançamento de regresso à Base Aérea de Santa Cruz.

O Nae estava ainda aolargo de Cabo Frio e, como nos dias anteriores, faltava vento.

Lamentavelmente um dos novos tenentes não pode completar o mínimo para ser qualificado.

O Comandante do Navio, CMG Acylyno, aviador-naval, compartilhava do desapontamento do Chico que não poderia contar com aquele piloto para o recompletamento dos mais antigos, prestes a deixar o GAE por imposições de carreira.

Um a menos, todavia, não faria grande diferença para o GAE mas para aquele piloto representaria um atraso com sérias implicações na sua evolução como piloto de porta-aviões. Nisso, o Oficial-de-Quarto, devido à proximidade da costa, pediu licença para inverter o rumo.

O navio inclinou-se ao guinar e então, quase despercebidamente o ponteiro do anemômetro começou a subir, dando pequenos saltos.

– Olha o vento aí! Ouviu-se em coro.

O Comandante mandou quebrar a guinada e aumentar a rotação. O ponteiro ficou firme e acima do mínimo para recolhimento (pouso do P-16).

– Quer tentar? Perguntou ao Chico.

Do Solário, acompanhamos a esforçada corrida do Chico, empunhando seu capacete e coletes salva-vidas, seguido de um tenente que queria ser Cardeal (**).

Já era quase noite quando, uma hora depois, em formação, a esquadrilha dos P-16, exibindo as luzes anti-colisão, sobrevoou o NAE e afastou-se aproando sua base em terra. Àquela agitação do crepúsculo vespertino seguiu-se uma total tranqüilidade. No navio eu tinha a sensação de ouvir os corações do Chico e do tenente batendo num ritmo mais acelerado.

Quando terminei de contar essa passagem o Brigadeiro sorriu-me paternalmente.

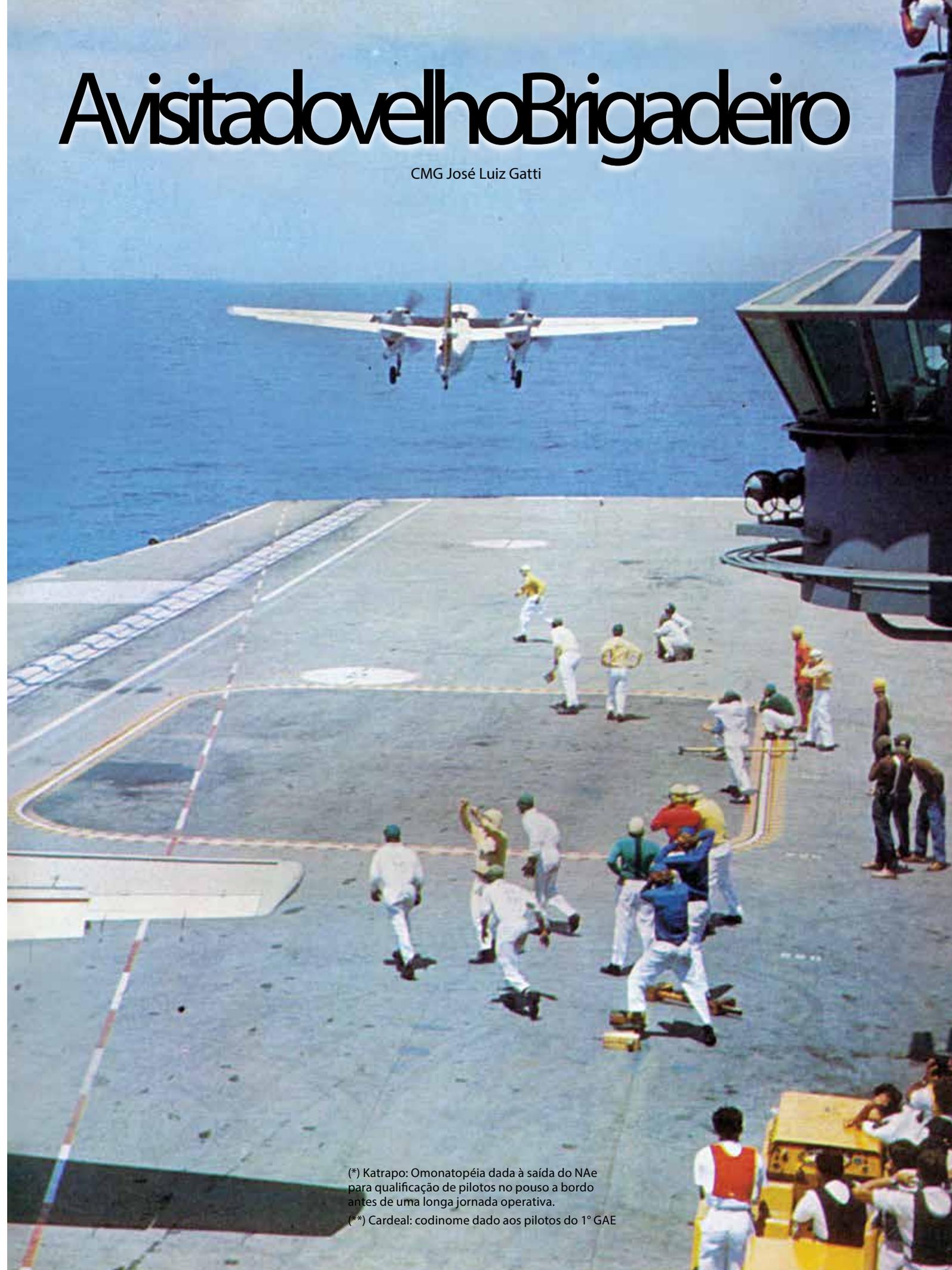
Nunca mais o vi. Veio a falecer no ano seguinte com 76 anos.

Chico foi promovido a Brigadeiro-do-Ar em 1990, em vias de comandar a II Força Aérea Tática, à qual se subordinava o 1º GAE. Pouco tempo depois perdeu a vida quando o avião em que vinha para uma solenidade em Guaratinguetá colidiu com uma elevação durante a aproximação para pouso naquela cidade. Neste acidente, sem sobreviventes, estava também o Cel Av Guido, que o havia sucedido no comando do 1º GAE.

Passaram-se anos. Neles a convivência legou-nos um estado de irrestrita cooperação. No instante em que eu faço este relato pode estar ou na Academia da Força Aérea ou em treinamento em Natal ou sobre o mar, em apoio à Esquadra, um piloto da Marinha com um da FAB, realizando seus sonhos dourados de voar e servir a Pátria n

A visita do velho Brigadeiro

CMG José Luiz Gatti



(*) Katrapo: Omonatopéia dada à saída do NAE para qualificação de pilotos no pouso a bordo antes de uma longa jornada operativa.

(**) Cardeal: codinome dado aos pilotos do 1º GAE

Enquanto meu marido esteve na ativa, nunca moramos em Fortaleza, minha cidade natal. Venci os medos trazidos da casa paterna sozinha, no apartamento da Base Aérea de Santa Cruz, nossa primeira morada. Medo de trovão, de relâmpagos, de raios, de escuro, de alma, de solidão. Não havia telefone e por isso, nem podia falar com a família. Foi difícil mas por outro lado, cresci. Deixei a adolescente e encarei adulta com coragem e determinação.

Sabia que a vida cigana do militar nos obrigaria a mudar para alguns estados de quase todas as regiões do país. Ótima experiência. Morando por um tempo, pode-se avaliar cada cidade e, sendo de fora, a pessoa se livra da atitude estreita de bairrismo, quando acha sua terra natal a maior e a melhor. Foram muitas mudanças. Cada um medeu a aprendizagem e se principalmente, amadurecimento. Nossos filhos cresceram sem raízes de cidade natal. Faziam amizades e as deixavam para trás, porque tinham de adaptar-se aos novos lugares para onde íamos morar. Aproveitamos tudo, enquanto deixamos um pouco de nós por aqueles caminhos com maturidade, para encarar os desafios dos constantes recomeços vida a fora.

Quase no final dessa maratona, quando meu marido cumpria uma missão importante na sua carreira, recebeu a designação de transferência, em 45 dias para a cidade de Lima, no Peru. Ele seria Adido Aeronáutico naquele país. Qualquer militar almeja uma missão deste porte e claro, aceita-a como mais uma mudança a encarar pela frente.

Cristalize! Não sabia nada do idioma castelhano e tivemos 45 dias para deixar uma cidade e chegar em outra. Era pouquíssimo tempo para me preparar emocionalmente. Fiquei muito assustada. Meus dias ainda eram surpreendidos com crises de pânico e muita ansiedade. Naquele ano nosso primogênito ingressara na AFA e eu ainda estava apreensiva.

O que ganharia? Sair do Brasil na época, seria um enorme desafio pois eu já conseguia administrar as crises emocionais com uma certa segurança, mas uma mudança tão repentina, poderia voltar ao vócego de antes, quando o medo era o ator principal no meu teatro. Teria que morar dois anos fora, sem os meios para lidar com meu problema particular. Embora fragilizada e com medo, fui.

Não imaginava o que encontraria mo- e para a minha surpresa,

gostei muito. Foi uma revelação atrás da outra e achei maravilhosos encontrar um povo amável, carinhoso, feliz. Apesar dos dezoito anos de terrorismo, tremores de terra, aquele é um povo hospitaleiro, amigo e alegre. Como conseguem? A natureza os castiga com vulcões, terremotos, avalanches que soterram cidades inteiras, eles têm consciência de tudo isso, mas tocam as suas vidas de uma forma leve, com um sorriso sempre aberto e contagiante.

Chegamos em Lima na tristeza da perda de Aírton Senna (2004) e lá, a comoção era enorme. Jornais, noticiários das rádios e televisões e as pessoas, mostravam o seu pesar. Pensei com meus botões que no Brasil, nem sabemos o que se passa no Peru, quem morre, quem se casa, quem faz sucesso. E aquele povo considerava Aírton Senna um irmão deles.

Pena que a nossa imprensa só relate fatos negativos dos latino-americanos e enalteça o que se passa nos países desenvolvidos.

Naquele mesmo ano, aconteceu a copa do mundo nos Estados Unidos e houve uma grande festa em Lima, quando a seleção brasileira ganhou o tetra. Los hermanos, se sentiam orgulhosos por nossas conquistas porque Brasil e Peru pertencem ao mesmo continente!

Tudo ia bem, mas..., nosso segundo filho decidiu também, ingressar na AFA e resolveu estudar sozinho para prestar os exames em Manaus, a cidade brasileira mais próxima e nossa derradeira moradia, antes da mudança para o Peru. Senti-me desolada porém, precisei dar força à sua decisão. Mesmo que fosse difícil aceitar, seria muito egoísmo meu querer mantê-lo conosco. Ele não se adaptou àquele país. Conseguiu aprovação e também nos deixou. Sofri demais com a ausência dos dois únicos filhos, tão distantes, numa academia militar. Meus problemas emocionais me davam tréguas, mas não a ponto de deixar-me despreocupada. Devido ao condicionamento adquirido nas muitas crises, eu ficava arisca a qualquer sintoma estranho e o medo me espreitava, mas eu conseguia domá-lo corajosamente.

Contudo a vida de esposa de adido é muito movimentada e isso me preencheu o vazio dos filhos. Aprendi a viver, apesar da saudade.

Em Lima, ingressei no curso de espanhol e praticava bastante o que aprendi nas ruas, lojas, com os outros latinos e assim, fui ganhando patamares em pouco tempo.

Um dia, espantei-me quando, numa loja, alguém perguntou se eu era argentina. Apesar da surpresa, senti-me lisonjeada e era sinal que eu já conseguia falar espanhol como algum nativo. Tempos depois, perguntaram-me se eu era cubana e mais uma vez, alegrei-me. Aprender um idioma novo tornou-se uma maneira de ocupar minha cabeça e aceitar a ausência dos filhos amados sem conotação de fuga. Após um ano de prática e estudos, uma peruana perguntou se eu era de Iquitos. (Iquitos fica na região amazônica peruana, mais próximo do Brasil). Deste dia em diante, esqueci o sotaque pois já falava como uma peruana. Se não, como uma limeña, pelo menos, como as amazônicas.

Observei costumes diferentes que bem poderiam ser copiadas no Brasil. Na época que estivemos lá, soube que as escolas públicas eram cuidadas pelos pais dos alunos. A cada início de ano, os pais recebiam os materiais, pintavam e preparam as escolas para seus filhos estudarem. Estes, em compensação, não depedravam o patrimônio porque sabiam que ali estava o suor dos seus pais.

Se alguém marcasse consulta em hospitais públicos (militares, idem), e não comparecesse, pagava multa. Acredito que ainda hoje, isso aconteça. No corpo de bombeiros há voluntários e estes não recebem remuneração. Quando há algum sinistro os voluntários são acionados e vão cumprir a missão com coragem e amor ao próximo. Vi famílias de baixa renda pesquisando a história em museus. É normal qualquer peruano conhecer a história do seu país. Respeito é a palavra que define o sentimento marcante dos dois anos de vivências com aquele povo querido.

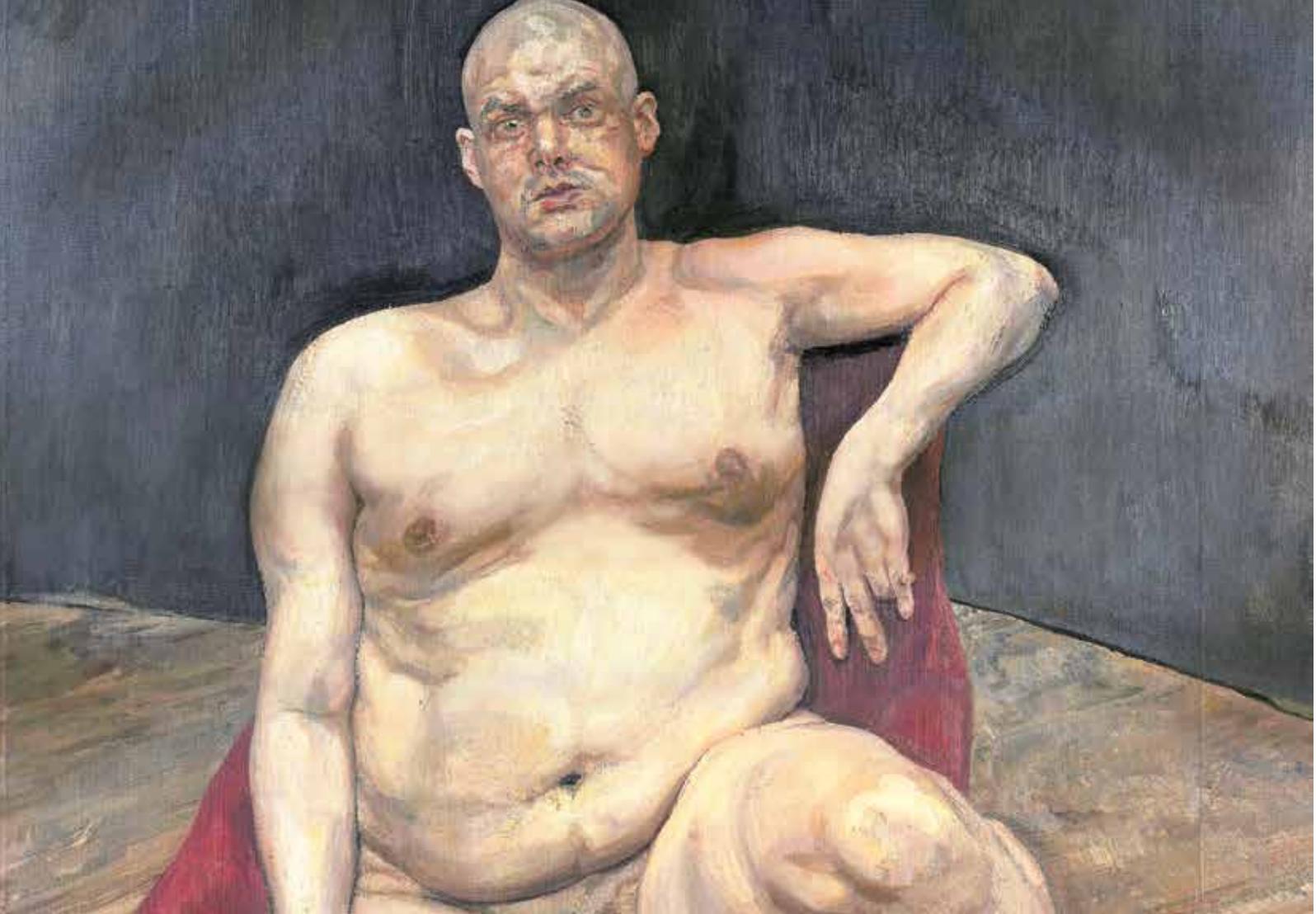
E, apesar dos medos do medo (comportamento normal à vítima da síndrome do pânico), a nossa ida àquele país é mais que uma doce recordação, porque me descobri corajosa para enfrentar as recaídas sem apoio terapêutico. O pânico também é passado.

Hoje, moramos em Fortaleza e temos uma vida social diferente, sem o glamour, mas aproveitamos as oportunidades bem melhor que antes. Talvez por sabermos que o tempo é mais precioso, um presente, que deve ser apreciado como um bom vinho, sem a ilusão de que tudo estará à nossa espera, se mergulhamos nas reminiscências e lá nos perdermos em devaneios passados n

Lembranças da Vida

Verônica Maria Beviláqua Mendes
veronica.miraflores94@gmail.com

Ellsworth Kelly
Dark Red Curve
1999



Maj Brig Méd Dr. Ricardo
Luiz de G. Germano

Síndrome Metabólica: a pandemia que aumenta a morbimortalidad cardiovascular

Lucian Freud
Leigh Bowery
1990

Desde 1994 o tecido adiposo deixou de ser olhado como simples depósito de gordura. Várias participações deste tecido na homeostase do organismo foram descobertas. Notou-se que os adipócitos (células do tecido adiposo) produzem as adipocinas que têm funções variadas. Dentre elas temos: leptina, adiponectina, resistina, fator de necrose tumoral, angiotensinogênio etc. Outras têm sido descritas.

Em indivíduos com acúmulo de gordura intra-abdominal (barrigudo) a adiponectina está diminuída no sangue e as demais adipocinas encontram-se elevadas. Como consequência deste desequilíbrio temos: maior atividade aterogênica, trombofilia (sangue mais coagulável), intolerância à glicose (tendência a diabetes) e aumento da pressão arterial com conseqüente maior risco cardiovascular.

Deve ser ressaltado que a obesidade intra-abdominal também está associada a uma hiperatividade do sistema endocanabinóide (SEC). Este SEC tem receptores no hipotálamo (parte do cérebro que entre outras funções, está relacionado ao binômio apetite-saciedade), no fígado, nos músculos, no tecido adiposo e no tubo gastrointestinal. Esta hiperatividade do SEC, também leva a um aumento do risco cardiovascular.

Outra constatação importante é a seguinte: a presença de obesidade subcutânea sem acúmulo intra-abdominal não é acompanhada dos distúrbios descritos acima nem do aumento de risco cardiovascular. Existem pesquisas realizadas com lutadores de Sumo que demonstram bem estes dados.

Epidemiologia

Estima-se que a síndrome metabólica afete 25% da população norte-americana adulta, com ligeira predominância no sexo masculino e maior frequência entre os idosos. Em 2000, observou-se que 100 milhões de americanos estariam enquadrados nesta síndrome. A mesma tendência tem sido observada na Europa e no Brasil. Nas últimas décadas, a incidência de diabetes melito vem crescendo paralelamente à obesidade intra-abdominal. Acredita-se que até 2025, não havendo mudança na tendência, haverá mais de 250 milhões

de pacientes diabéticos e hipertensos em todo o mundo, apresentando processo aterosclerótico mais acelerado que vem a ser a principal causa de morbimortalidade cardiovascular.

Caracterização da síndrome

A síndrome metabólica é caracterizada por três tipos de componentes: primário ou principal, secundários e terciários.

- primário ou principal: obesidade intra-abdominal (componente obrigatório para caracterização). Considerada presente quando temos circunferência da cintura > 94cm em homens e > 80cm em mulheres.

- secundários: triglicérides > 150mg%, HDL colesterol < 40mg% em homens < 50mg% em mulheres, pressão arterial > 130 x 85mm Hg e glicemia de jejum ≥ 100mg%.

- terciários: elevação do nível de ácido úrico, artrose de joelhos (excesso de peso), maior incidência de litíase biliar, maior predisposição a cânceres e infecções, tendência a tromboes (trombofilia) e risco cardiovascular aumentado.

Embora haja esta multiplicidade de componentes, fecha-se o diagnóstico de síndrome metabólica com a presença obrigatória do componente primário, acompanhado de pelo menos dois dos componentes secundários. Para enfatizar a morbimortalidade desta síndrome, a associação de: obesidade intra-abdominal, hiperglicemia, hipertensão arterial e dislipidemia é conhecida no meio médico como quarteto mortal (deadly quartet).

Tratamento

A abordagem terapêutica dos indivíduos acometidos por esta síndrome deverá, de preferência, ser coordenada por um clínico geral.

Mudança de hábitos

- dieta: uma dieta hipocalórica, hipoglicídica (baixo teor em carboidratos), normoprotéica e normolipídica com pouco sal, ajudará na melhora da obesidade, diabetes e hipertensão arterial.

- atividade física: aumento da atividade física além de ajudar no emagrecimento,

melhorará o condicionamento cardiorespiratório e levará a um aumento do nível de HDL colesterol (colesterol bom).

- tabagismo: se presente terá que ser combatido, pois só tenderá a piorar o risco cardiovascular.

- etilismo: como o item acima, pode piorar o risco cardiovascular e sendo assim, terá que ser convertido à moderação, qual seja: vinho - 300ml/dia, destilados - 100ml/dia, cerveja - 700ml/dia.

Na mudança de hábitos é importante que o paciente esteja motivado na busca de sua melhora. O conhecimento da patologia e dos riscos aos quais está submetido torna-se uma excelente motivação. Deve ser ressaltado que a orientação destes hábitos desde a infância (educação familiar e escolar) será pedra fundamental na prevenção desta síndrome.

Medicamentos

Aqueles pacientes que não conseguem bons resultados com as medidas acima deverão ser ajudados por determinados medicamentos. Dentre estes temos: medicamentos que auxiliam a perda de peso (sibutramina, antidepressivo e bloqueador do SEC); hipotensores (combatem a hipertensão arterial); medicamentos para controle da glicemia (anti-diabéticos orais e insulina); medicamentos para controle da dislipidemia (combatem aumento de LDL colesterol, o colesterol ruim e triglicéridos) e os medicamentos para controle do ácido úrico.

Cirurgia bariátrica

Será a alternativa para os não responsivos aos itens anteriores e que atingem um nível de obesidade que torne o risco cardiovascular e geral, maior que aquele da realização da cirurgia.

Espero que nossos leitores tenham se convencido do malefício que a obesidade intra-abdominal e o sedentarismo estão trazendo ao mundo atual (perda de saúde, de qualidade de vida, de recursos financeiros e de recursos humanos). Os gastos com assistência médico-hospitalar têm aumentado muito com a síndrome metabólica. É importante que cada um dos convencidos torne-se uma voz atuante nesta Luta n

O QUE FOIO O CURSO PRÉVIO

Carlos Augusto Gonçalves
Cel Av

Ainda durante a II Guerra Mundial foi criado um Curso Preparatório para o ingresso na Escola de Aeronáutica, através da Portaria Ministerial nº 326, de cinco de outubro de 1944, com a finalidade de proporcionar aos jovens advindos das mais diversas origens, uma base homogênea de conhecimentos e de instrução militar que os capacitasse a um melhor rendimento na realização do Curso Superior. Isso seria feito em um ano de instrução intensiva, tendo apresentado excelentes resultados, sendo que dos 71 Aspirantes Aviadores formados em 1948, quatro atingiram o mais alto grau na hierarquia – Tenente-Brigadeiro-do-Ar, e dois o grau de Major-Brigadeiro; dos 35 intendentes, formados em 1947, dois atingiram o Generalato.

Hoje em dia, a existência de um Curso Prévio da Escola de Aeronáutica perdeu-se no tempo e na memória da FAB. Poucos

ainda têm conhecimento de que tal Curso existiu na FAB.

Existiram apenas quatro Turmas do Curso Prévio, até serem substituídas pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Foram as Turmas de 1945, 1946, 1947 e 1948. A nossa Turma foi a pioneira nessa experiência. Iniciamos com 197 cadetes com destino aos cursos de aviadores e intendentes. Essa turma foi selecionada entre mais de 2000 candidatos das mais diversas procedências. A seleção foi rigorosa, não só na parte intelectual como nos exames médicos.

Durante o curso muitos foram afastados, na instrução militar ou no ensino. Destes, alguns foram matriculados na Turma seguinte.

A primeira Turma do Curso Prévio mantém-se unida, congregando os que seguiram a carreira militar e os que, des-

ligados do Curso por diversos motivos, seguiram com brilhantismo o seu caminho na vida civil. Não há distinção entre uns e outros. Somos poucos, atualmente, mas todos da mesma Turma, onde quer que estejamos. Somos colegas e amigos e todos, de alguma forma, estamos sempre presentes, seja nas reuniões mensais, seja nas reuniões em que comemoramos o aniversário de ingresso na Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos.

O símbolo da Turma, criado pelos cadetes Carlos Augusto dos Santos e Nélon José Abreu do Ó de Almeida, bem retrata a nossa vida da Escola de Aeronáutica. O “bebê” chorão, simbolizando um jovem cadete, que apesar das asas ganhou mesmo foi um fuzil para receber a instrução militar necessária à formação militar.

Nos Afonsos nos tornamos HOMENS e daí, seguimos para a eternidade n

Jubileu de Ouro
da Turma de 45,
a primeira do Curso Prévio.
Campo dos Afonsos,
4 abril de 1995





O Escritório da FAMÍLIA MILITAR

Veja o que podemos fazer
por você e por sua família.

Atendemos todo o Brasil.

Fones: (11) 3171-2213
3171-2930

Artigo 24 do
Decreto-Lei 667/69.
Informe-se em nosso site:
www.franklin.adv.br



A POUPEX ABRE AS PORTAS DA CASA PRÓPRIA PARA VOCE.

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

**Financiamento
Imobiliário**

POUPEX

Faça já o seu

0800 61 3040

www.casapropriapoupepx.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FIE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duques de Caxias - Ala Cristóvão Colombo - 3º Andar - Centro - 20001-280
Praça de Jerônimo (RJ) - Fone (21) 3283.8166 e 3283.0100 - Fax (21) 3283.8960

POUPEX

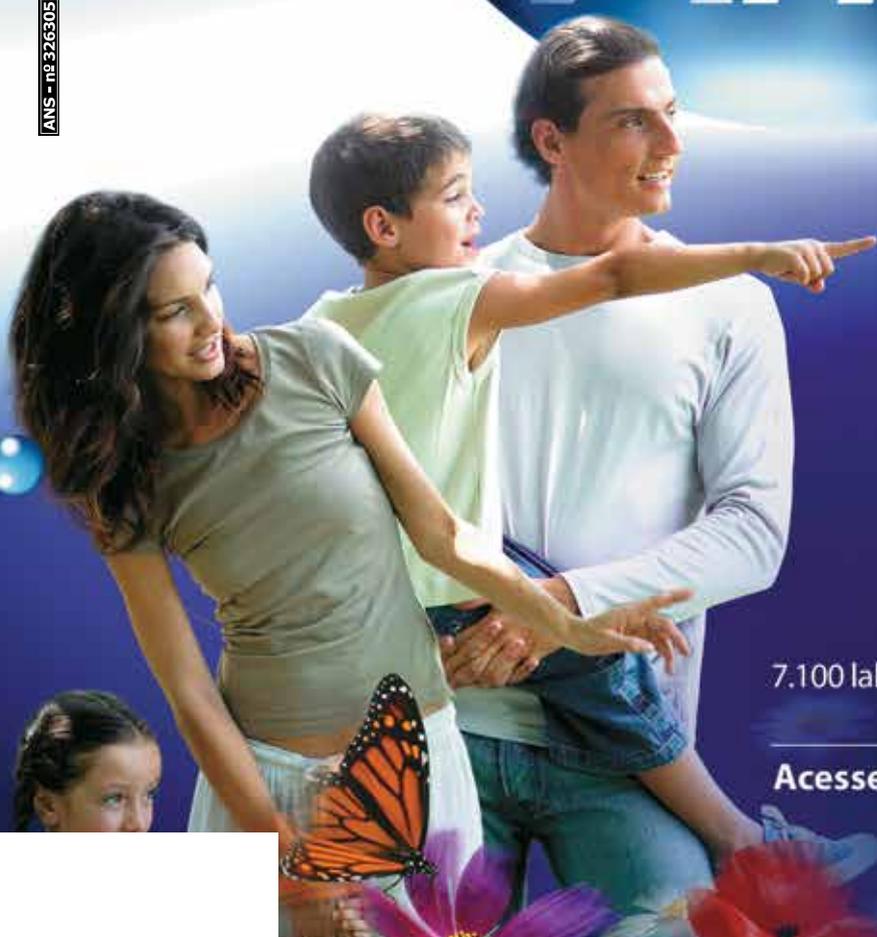
Associação
de Poupança
e Empréstimo

poupepx.com.br

O melhor da medicina ao seu alcance.
Você não está sozinho.



ANS - nº 326305



Variedades de planos
12 mil médicos especialistas
2.900 hospitais
44 mil consultórios e clínicas médicas
7.100 laboratórios e centros de diagnóstico por imagem

Acesse: comamilvocenaostazonho.com.br